



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2026 PRESENCIAL**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE MOBILIÁRIO PARA O NOVO PRÉDIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 94.156,76 (noventa e quatro mil cento e cinquenta e seis reais com setenta e seis centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 07/04/2026 às 08h00min (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por lote

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Sim

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O MUNICÍPIO DE VILA MARIA, por meio do Prefeito Municipal, Sr. ADROALDO SEBEN, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73, de 2022 e, conforme o caso, Código Civil, do tipo MENOR PREÇO por lote, e que, às **8h00min do dia 07 de abril de 2026**, estará recebendo propostas e documentação para a licitação em destaque.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Vila Maria, RS, na Rua Irmãos Busato, nº 450, ou pelo telefone (54) 3359-1200 ou ainda através do e-mail: [gestao@pmvilamaria.com.br](mailto:gestao@pmvilamaria.com.br)

**1. OBJETO**

1.1 A presente licitação objetiva a aquisição de móveis e equipamentos de mobiliário para o novo prédio do centro de referência de assistência social (CRAS), considerando a necessidade de estruturação adequada dos espaços destinados ao atendimento da população. O prédio do CRAS é o local onde são desenvolvidas as atividades e atendimentos relacionados aos programas da política de assistência social. Desta forma, é necessária a aquisição de mobiliários adequados, tais como mesas, cadeiras, armários, arquivos, balcões de atendimento, mesas para atividades em grupo, entre outros, a fim de garantir o pleno funcionamento do novo espaço, contribuindo na qualidade dos atendimentos prestados aos usuários do local. A



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

aquisição é uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com descrição e especificações de cada item da tabela abaixo e projeto constante no anexo 1.

<b>LOTE 1 - MÓVEIS</b>					
<b>Item</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Und.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
1	1	CONJ.	MESA DE ATENDIMENTO E BALCÃO APOIO, EM MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 10.348,52	R\$ 10.348,52
2	1	CONJ.	MESA DE ATENDIMENTO, ARMÁRIO PARA PASTAS SUSPENSAS, MESA DE REUNIÕES OVAL. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 11.480,78	R\$ 11.480,78
3	1	CONJ.	BANCADA EM GRANITO: BALCÃO PIA com GRANITO SÃO GABRIEL E CUBA INOX, ARMÁRIO AÉREO, NICHOS VAZADOS COM METALON, MESA REFEIÇÕES, ARMÁRIO ÁREA DE SERVIÇO. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm. Cozinha em Granito preto são Gabriel Tampo de 2.15x.60 por 4cm espessura e borda de 15cm com cuba inox 40x34. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 16.762,58	R\$ 16.762,58
4	1	CONJ.	MESA EM MDF: 5 MESAS DE ATENDIMENTO, 5 ARMÁRIOS PARA PASTAS SUSPENSAS, PRATELEIRAS ALMOXARIFADO. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 41.874,81	R\$ 41.874,81
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 1: R\$ 80.466,69</b>					



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

<b>LOTE 2 – EQUIPAMENTOS DE MOBILIÁRIO</b>					
<b>Item</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
5	7	UN	CADEIRA DE ESCRITÓRIO CADEIRA GIRATÓRIA DE ESCRITÓRIO PRETA (COURO SINTETICO OU SIMILAR), Função Giratória 360, mecanismo de regulagem de altura, estofada com tecido de alta durabilidade, estrutura em aço resistente, com braços, base cromada com rodízios, ergonômica, assento acolchoado, encosto em malha respirável, peso até 120 kg. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 513,98	R\$ 3.597,88
6	1	UN	LONGARINA: 1 LONGARINA PRETA (3 LUGARES), base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas; encosto com estrutura em aço perfurado; assento em polipropileno ou aço perfurado; braço em aço cromado com formato anatômico; peso 150kg por assento. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 1.223,74	R\$ 1.223,74
7	1	CONJ.	POLTRONA DE TECIDO: COM 2 POLTRONAS PARA A RECEPÇÃO, estrutura em madeira de eucalipto, espuma D26, braços de madeira, tecidos em veludo, suede, linho ou sintético, peso até 120kg. Medidas: Altura: 85 cm x Largura: 61 cm x Profundidade: 78 cm Almofada do assento: Fixa; Almofada do encosto: Fixa; Enchimento do Assento: Espuma D-26; Enchimento do Braço: Não Possui; Enchimento do Encosto: Espuma D- 26; Firmeza do Assento: Macio; Material do Braço: Madeira; Material dos Pés: Madeira; Modelo de Poltrona: Fixo; Possui Percintas Elásticas: Sim; Sistema de Montagem: Parafusos; Suporta Até (kg): 120 kg. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 1.037,36	R\$ 1.037,36
8	1	UN	TAPETE: TAPETE REDONDO 2M de diâmetro, Fibra Natural de Sisal, Bege, Antiderrapante. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 1.087,96	R\$ 1.087,96
9	1	UN	MESA EM MDF de espessura, acabamento com pintura UV com brilho. Pés Palitos de Madeira maciça envernizada. Dimensões Mesa Maior: Altura: 62 cm, Diâmetro do Tampo da Mesa: 45 cm. Dimensões Mesa Menor: Altura: 47 cm, Diâmetro do Tampo da Mesa: 45 cm. Cor Freijó/Off White. Sapatas Plásticas nos pés que impendem que a mesa escorregue no chão. Borda invertida. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 211,12	R\$ 211,12
10	2	UN	BANQUETA ALTA: Banqueta Alta Allegra Cozinha. Modelo: Banqueta Allegra. Material: 100% Polipropileno. Altura Total: 108,00 (cm). Altura do Assento: 75,00 (cm). Altura até o braço: 93,50 (cm). Largura Total: 46,00 (cm). Largura do Assento: 35,00 (cm). Profundidade Total: 47,00 (cm). Profundidade do Assento: 40,00 (cm). Distância de um braço ou outro: 48,00 (cm). Peso Aproximado: 6,50 (Kg). De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 347,26	R\$ 694,52



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

11	1	UN	FOGÃO A GÁS COOKTOP Cooktop a Gás Fischer 4 Bocas Mesa Vidro Bivolt, Preto, 1 queimador rápido (3000W) e três queimadores semi rápidos (1750W), Trepes individuais em aço carbono esmaltado e acendedor superautomático. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 653,49	R\$ 653,49
12	12	UN	CADEIRA PLÁSTICA EMPILHÁVEL CADEIRAS PRETAS POLIPROPILENO OU SIMILAR (SALAS) - Cadeira empilhável, com estrutura em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi preto, e assento e encosto em polipropileno. Largura (cm) - 54,5 cm Profundidade (cm) - 50 cm. Altura (cm) - 85 cm. Material Principal - Aço. Material das Pernas - Aço. Material do Assento - Polipropileno. Material do Encosto - Polipropileno. Cor - Preto. Acabamento - Epóxi. Acabamento das Pernas - Epóxi. Estofada - Não. Suporta até (kg) - 100 kg. Tipo de Assento - Fixo. Antiderrapante - Sim. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 251,75	R\$ 3.021,06
13	12	UN	CADEIRA DE ESCRITÓRIO CADEIRAS PRETAS ALLEGRA (MESA REUNIÕES). Assento de polipropileno com espessura de 5 mm, com altura do assento de 45 cm e profundidade de 56 cm. A estrutura é feita de polipropileno e fibra de vidro. Empilhável. Com capacidade para suportar até 150 kg. De acordo com especificações do projeto em anexo.	R\$ 180,25	R\$ 2.162,94
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 2: R\$ 13.690,07</b>					

**VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 94.156,76**

1.2 – Os móveis e equipamentos de mobiliário devem atender, aos seguintes requisitos:

1.2.1 - Todos deverão ser novos, sem uso anterior;

1.2.2 – Estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT;

1.2.3 – Acompanhar manual do usuário e de manutenção em língua portuguesa, se for o caso.

1.2.4 – Possuir garantia mínima de 12 meses, e cobrir empenamento de possíveis defeitos nos itens.

1.2.5 – Possuir assistência técnica autorizada no território nacional.

1.2.6 – Todos os itens, de ambos os lotes, deverão ser entregues em conformidade com o projeto arquitetônico em anexo a este edital, atendendo integralmente todas as especificações e condições definidas em projeto. Nenhuma alteração pode ser feita sem a autorização da administração municipal.

1.2.7 – A empresa vencedora de cada de cada lote, deverá realizar um levantamento *in loco*, a fim de verificar e conferir todas as dimensões, para a perfeita execução e entrega do objeto.

1.2.8 - Todos os móveis deverão ser entregues, montados e instalados nas salas do CRAS, conforme disposto no projeto em anexo. A montagem e instalação deverá ser feita pela empresa vencedora do respectivo lote.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

1.2.9 – Custos com frete, deslocamento, para fins de entrega e medição do local, deverão ser exclusivamente por conta da empresa contratada.

1.3 – Os materiais deverão ser entregues nas formas, quantidades e prazos estabelecidos, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos, bem como estarem acondicionados adequadamente, sob pena de não recebimento dos mesmos ou, após o recebimento, com procedimento de devolução.

1.4 – O prazo de entrega dos lotes é de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.

1.4.2 – Os itens deverão ser entregues e montados na nova sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sito a Rua Alberto Titon, nº 71, centro de Vila Maria/RS, e horário de expediente da pasta, entre 07h30min e 11h30min ou 13h00min e 17h00min.

1.5 – Os itens serão conferidos no ato de entrega, e somente serão aceitos se estiverem exatamente de acordo com a descrição constante neste edital.

1.5.1 – Os itens analisadas e que não estiverem de acordo com o solicitado em edital, de pronto serão recusadas e comunicado o entregador e/ou empresa fornecedora, para que sejam realizadas suas substituições, devendo efetuar nova entrega dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de comunicação feita pelo município.

1.5.2 – Os licitantes deverão colocar a disposição da administração municipal todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários para o correto manuseio dos produtos, quando for o caso.

1.6 – Tudo deverá ser executado nas condições estabelecidas neste edital.

## **2 DIVULGAÇÃO DO EDITAL**

2.1. O edital será publicado no dia 23/03/2026.

2.2. Data/Hora limite para recebimento de propostas exigidos no edital: 07/04/2026, às 07h59min.

2.3. Data/Hora da Abertura das Propostas: 07/04/2026, às 08h.

2.4. Data/Hora da Disputa: 07/04/2026, às 08h.

2.5. Endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: [gestao@pmvilamaria.com.br](mailto:gestao@pmvilamaria.com.br) ou através de protocolo no setor de protocolos do Município.

2.6. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

## **3 – DA PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá efetuar o credenciamento junto ao Pregoeiro no início da sessão de abertura das propostas, nos termos deste edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**3.2. – Para participação no certame as empresas licitantes deverão apresentar, fora dos envelopes, ao Pregoeiro, os seguintes documentos, para fins de credenciamento:**

**3.2.1 – Cópia impressa do documento de identidade com foto.**

**3.2.2 - Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração subscrita pelo representante legal e pelo contador de que se enquadram na categoria indicada, para usufruir do benefício.**

**3.2.3 – Se for o caso, procuração, do representante legal da empresa participante no certame.**

**3.2.4 – Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.**

**OBS: A manifestação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.**

3.4 - A ausência da declaração prevista no item 3.2.2 deste edital, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.5 - Não poderão participar deste Pregão as licitantes:

a) suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com este Município, com fulcro no art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) sob processo de falência, dissolução ou liquidação;

c) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;

e) proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

f) cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão.

g) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do art. 14, V, da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, VI, da Lei 14.133/2021.

3.5.1) Aplicam-se, no que couber, os demais incisos dispostos no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021.

**3.6 As assinaturas dos documentos deverão ser realizadas de forma física. Caso sejam utilizadas assinaturas digitais, estas deverão permitir sua devida validação no ato da sessão, mediante apresentação de código de verificação ou link de autenticação.**

#### **4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

4.1 - A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e o horário previstos no item 2.2, os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas e documentos de habilitação (ou retirar aquelas já enviadas) para o(s) lote(s) de interesse.

4.1.1 – As propostas e os documentos que a compõe deverão ser apresentadas em invólucro lacrado e protocolado junto ao setor competente no Centro Administrativo Municipal, identificado na sua parte externa, sugerindo-se a seguinte descrição:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA FINANCEIRA

AO MUNICÍPIO DE VILA MARIA (RS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026

EMPRESA:

CNPJ:

4.2 - A proposta de preço deverá ser encaminhada nos termos do Anexo II, devendo constar, sob pena de desclassificação, o VALOR UNITÁRIO E TOTAL por cada item e o valor total para cada lote, expresso em moeda corrente nacional (Real), devidamente assinada e identificada pelo representante legal da empresa.

4.3 – **Deverá ser anexada à proposta, DECLARAÇÃO** de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo II.

4.4 – Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto desta licitação, não sendo aceitas quaisquer reivindicações de pagamento adicional por erro ou má interpretação da licitante.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

4.5 – Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

4.6 - Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado dos lotes licitados.

4.7 - Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, e correio eletrônico.

4.8 – Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.

4.9 - O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. **Caso a empresa não informe este prazo em sua proposta, será considerado automaticamente como sendo 60 (sessenta) dias.**

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1 - A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão, quando o Pregoeiro verificará o devido credenciamento das empresas e as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.2 - As propostas classificadas serão ordenadas e o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão apresentar lances verbais e sucessivos.

5.3 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

## **6 - DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

6.1 – O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes e relativos ao valor total anual, nos termos do art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.1.1 – O intervalo mínimo de lances, fica estipulado em R\$ 100,00 (cem reais) podendo o Pregoeiro alterar o intervalo no ato da sessão, caso julgar necessário.**

6.2 - A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, de seu registro e valor.

6.3 - O licitante poderá oferecer lances sucessivos e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele e pelo competidor detentor do melhor lance naquele momento.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for efetuado em primeiro lugar.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

6.5 - Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados sobre o valor do menor lance registrado.

6.6 – Caso o licitante perceba que ofereceu valor incorreto deverá, imediatamente, solicitar o cancelamento do último lance diretamente ao Pregoeiro.

I – Não serão aceitas solicitações de desclassificação ao final da sessão.

II – Somente será anulado o último lance ofertado pela empresa, levando-se em consideração a justificativa de erro no momento da oferta do valor. Não serão anulados lances anteriores a este.

6.7 - Encerrada a sessão pública o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de oferecimento de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.8 - Encerrada a etapa de oferecimento de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital.

6.9 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.9.1 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese, para a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

6.10 - O disposto no item 6.8 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

6.11 - Se não houver licitante que atenda ao item 6.8 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.11.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.12 - Encerrada a etapa de oferecimento de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.13 - Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

6.14 – Todos os licitantes participantes e classificados para os lotes devem estar cientes que, caso a licitante detentora do menor valor vier a ser desclassificada, o Pregoeiro procederá a renegociação do lote com a próxima classificada, obedecendo a ordem de classificação.

I – O valor partirá do último lance ofertado pela empresa ora classificada.

II – Não será aceita solicitação de desclassificação nesta etapa.

6.15 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## **7 - DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

7.1 - Concluída a etapa de lances ou a negociação, quando houver, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que a empresa vencedora apresente a proposta final atualizada, contendo a composição detalhada dos valores. Os valores unitários e globais constantes da proposta atualizada não poderão, em hipótese alguma, ser superiores aos valores de referência estabelecidos neste edital. A proposta deverá ser acompanhada da Declaração de Integralidade de Custos, conforme modelo constante do Anexo deste edital.

7.1.1 - Caso o lance final seja diverso do inicial, o valor unitário deverá ser atualizado, durante o prazo disponibilizado.

7.2 - Será desclassificada a proposta que:

a) não atender a todos os requisitos exigidos no item 4 deste Edital;

b) contiver opções alternativas;

c) divergir dos termos deste edital;

d) omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

e) contiver vícios insanáveis;

f) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após negociação;

g) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

h) se opuser a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 - Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não previstas neste Edital.

7.4 - Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos, entre unitários e totais, os primeiros.

## **8 - DA HABILITAÇÃO**

8.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.2 - O licitante deverá apresentar até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos a seguir relacionados, em invólucro lacrado e protocolado junto ao setor competente no Centro Administrativo Municipal, identificado na sua parte externa, sugerindo-se a seguinte descrição:

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
AO MUNICÍPIO DE VILA MARIA (RS)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026  
EMPRESA:  
CNPJ:

8.3 – – **As empresas deverão** apresentar os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

### **I – Habilitação Jurídica**

a - **Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações**, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a.1 - A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

a.2 – Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

a.3 – Caso o Contrato Social seja apresentado no momento do credenciamento, fica dispensada a apresentação deste no envelope 2.

b- **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ** (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

c - A licitante deverá apresentar **Certidão Negativa Correccional**, emitida pela Corregedoria-Geral (ou órgão equivalente), que comprove a inexistência de sanções disciplinares, processos administrativos ou registros impeditivos em nome da empresa.

## **II – Habilitação Fiscal**

a – **Prova de Regularidade com a Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

b – **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, sede do licitante, em vigor.**

c – **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor**, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame. As Certidões **que não expressarem** o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a **06 (seis) meses**.

d – **Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor**, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

## **III - Regularidade Trabalhista**

a) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, conforme determinação da Lei Federal n.º 12.440/2011, em vigor.

## **IV – Qualificação Econômico-Financeira:**

a – **Certidão Negativa de Falência e Concordata / Recuperação Judicial, em vigor**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**V – Qualificação técnica:**

a) No mínimo 1 (um) **atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica ou de direito público comprovando a execução, em nome da empresa participante, de serviços de características semelhantes e de complexidade equivalente ou superior de maior relevância técnica e valor significativo ao objeto da licitação;

**VI – Declarações:**

a – **Declaração da licitante**, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (**modelo anexo V**), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

b – Declaração formal da licitante, subscrita por seu representante legal, de que não mantém em seu quadro funcional empregado(s) menor(es) de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor(es) de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do **art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**, conforme modelo do Anexo VI deste edital.

c - **Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos** para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VII.

d - **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo VIII. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.

e - **Declaração de inexistência de impedimento, afirmando que a empresa licitante cumpre o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, não possuindo entre seus sócios, administradores ou responsáveis técnicos pessoas que mantenham relação de vínculo funcional, contratual ou de direção com o órgão ou entidade contratante, que possam caracterizar conflito de interesse.

8.5 – Do uso dos benefícios Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

I – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim classificadas no momento oportuno de credenciamento farão uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, terá sua



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação.

III – A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar qualquer um dos documentos fiscais, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, mesmo com restrições, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, será automaticamente inabilitada.

### **8.6 – Das autenticações e cópias dos Documentos**

I – Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.

II - A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada mediante apresentação do documento original.

III - Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.

IV – Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.

### **8.7 – Da apresentação dos documentos**

8.7.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação devem:

- a) - Estar em nome da matriz se a licitante for a matriz.
- b) - Estar todos em nome da filial se a licitante for filial, salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.
- c) - Deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, se a licitante for a matriz e fornecedora dos produtos for a filial.

**8.7.2. As assinaturas dos documentos apresentados deverão ser realizadas de forma física. Caso sejam utilizadas assinaturas digitais, estas deverão permitir sua devida validação no ato da sessão, mediante apresentação de código de verificação ou link de autenticação.**

### **8.8 – Do consórcio**

Não é permitido Consórcio entre empresas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**8.9 – Inabilitação**

Serão inabilitadas as empresas que não atenderem as exigências de habilitação contidas neste edital ou as que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

**9 - ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO**

9.1 - Quaisquer informações, esclarecimentos e dúvidas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser solicitadas por escrito até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas na Rua Irmãos Busato nº 450, ou pelo telefone 54-3359-1200, e ainda através do e-mail: [gestao@pmvilamaria.com.br](mailto:gestao@pmvilamaria.com.br).

9.2 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, empresas e outros poderão impugnar o ato convocatório do pregão.

9.3 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento abertura das propostas. As solicitações mencionadas no subitem 9.2, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico via internet para o endereço [gestao@pmvilamaria.com.br](mailto:gestao@pmvilamaria.com.br)

9.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

9.5 – Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, abrir-se-á prazo para qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso contra ato praticado no certame, podendo qualquer licitante inconformada com o resultado, registrar em ata as razões de interpor recurso. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

I – O tempo para manifestação de intenção de recurso será de 2 minutos.

II – A manifestação de recurso deve ser feita por pedido verbal, diretamente ao Pregoeiro, que registrará na ata da sessão.

9.6 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9 - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes ao término da sessão pública importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, dar-se-á a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

9.10 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

9.11 – Os recursos deverão ser protocolados junto ao setor competente de protocolo no Centro Administrativo Municipal, ou enviados através do e-mail [gestao@pmvilamaria.com.br](mailto:gestao@pmvilamaria.com.br)

I – Não serão conhecidos recursos enviados por e-mail sem confirmação de recebimento ou entregues de outra forma que não seja aquela estabelecida neste edital.

II - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos, e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

9.12 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante vencedora, que será convocada para assinar o Contrato, quando houver, no prazo estabelecido neste edital contados da devida convocação.

9.13 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

I - Para definição dos prazos, será levado em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

## **10 – DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertou o menor valor será declarada vencedora.

10.2 - Em caso de desatendimento às exigências para habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante que ofertou o menor valor, sendo encaminhado o processo para homologação por parte do Prefeito Municipal.

## **11 – DAS PENALIDADES**

11.1 – O responsável será sancionado com o impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo de multa de 0,5% até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

a – dar causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

- b – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c – dar causa à inexecução total do contrato;
- d – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 – Para os fins da Subcondição “j” do subitem 11.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

11.3 – No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem e serão concedidos conforme o caso, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **12 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 – Somente poderão participar da Licitação, empresas legalmente constituídas e que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.

12.2 – A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.3 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

12.4 – De todas as reuniões lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro e sua equipe e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

12.5 – Agentes Públicos, assim considerados aqueles do art. 6º, V, da Lei nº 14.133/21, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.

12.6 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

12.7 – A participação na Licitação implica na aceitação integral e irrevogável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar o contrato, com lastro na legislação referida no preâmbulo da Licitação, bem como na observância das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

12.8 – A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

I – O presente processo licitatório poderá ser revogado se, no curso do certame, for verificado que o Termo de Referência contempla valores que não representam o efetivo valor de mercado para o objeto licitado; medida que se efetivará através de prévio e fundamentado despacho, sem que assista direito de indenização aos partícipes do certame.

12.9- Para aquisição do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta da seguintes dotações orçamentárias:

*0502.08.244.0012.1006 Construção do centro de referência de assistência social*  
2660/1079 – **D757** EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

**12.10** – A FISCALIZAÇÃO do contrato caberá a Servidora Jacinta Lucia C. O. Portel, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

**12.11** - O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no site do Município <https://www.vilamaria.rs.gov.br/> – Portal da Transparência, – Informações sobre Licitações, portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

**12.12**– Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	-	Projeto
Anexo II	-	Relação de lotes / Modelo de Proposta
Anexo III	-	Modelo Declaração de Integralidade de Custos
Anexo IV	-	Modelo de Credenciamento
Anexo V	-	Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

Anexo VI	- Modelo de declaração de Idoneidade
Anexo VII	- Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII do CF
Anexo VIII	- Modelo Declaração Indicando Endereço Eletrônico.
Anexo IX	- Modelo Declaração de Reserva de Cargos
Anexo X	- Modelo Declaração não possuir vínculo com órgão público
Anexo XI	- Minuta contrato
Anexo XII	- Justificativa realização presencial

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA MARIA**

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2026

**ADROALDO SEBEN**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**VENICIOS RISSON**  
Diretor de Gestão





---

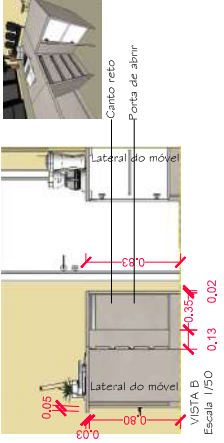
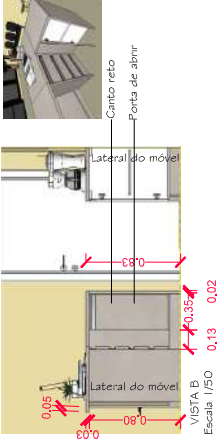
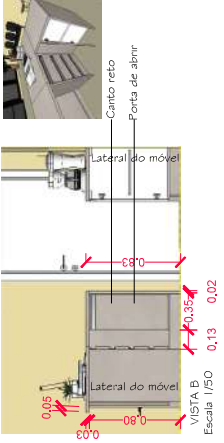
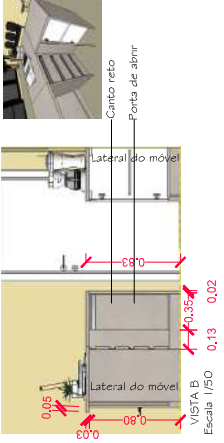
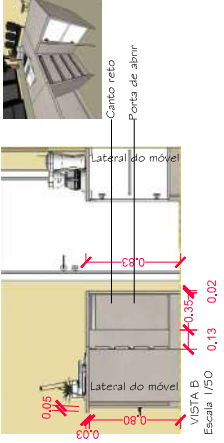
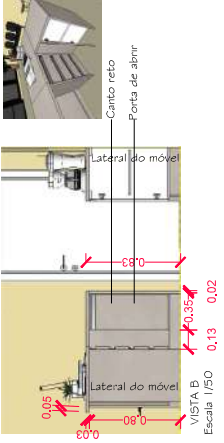
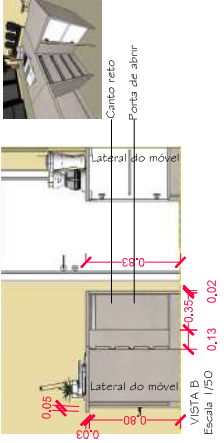
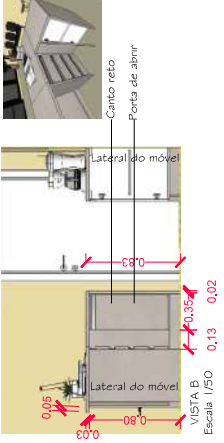
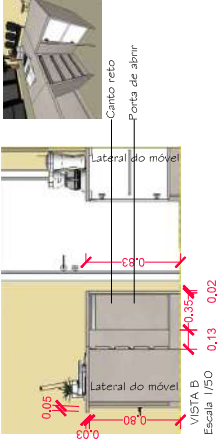
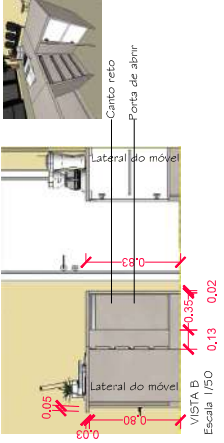
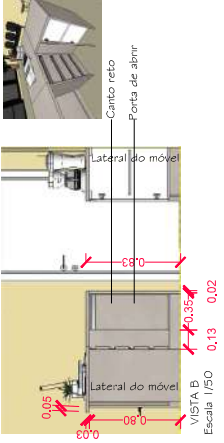
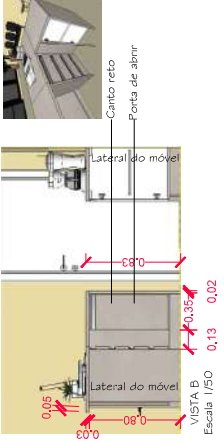
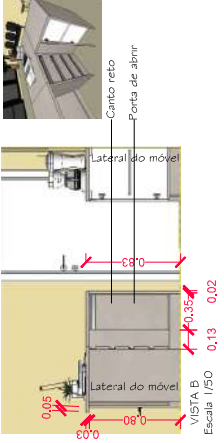
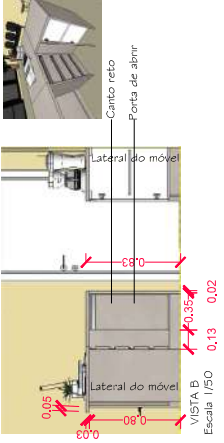
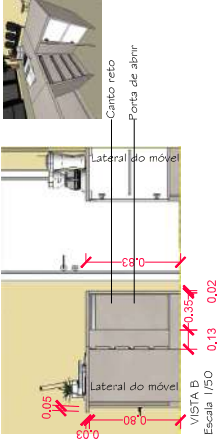
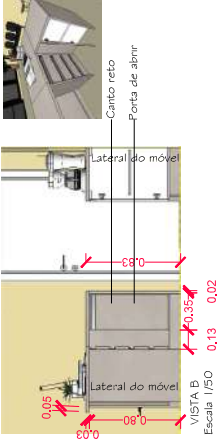
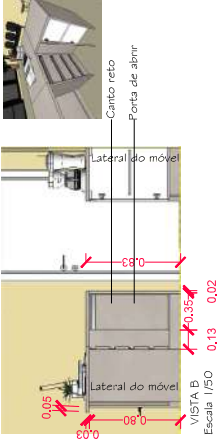
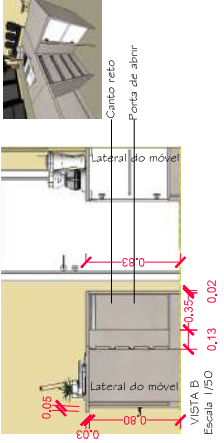
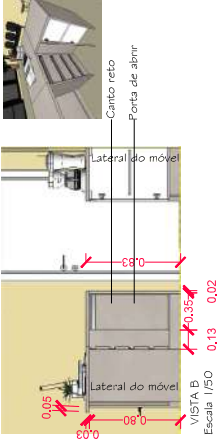
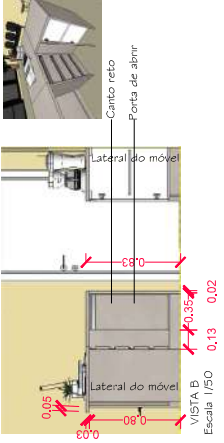
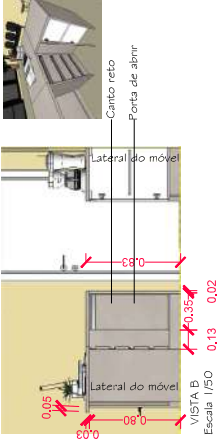
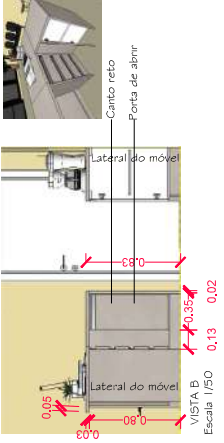
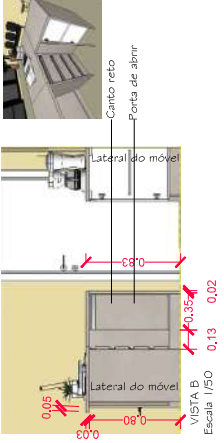
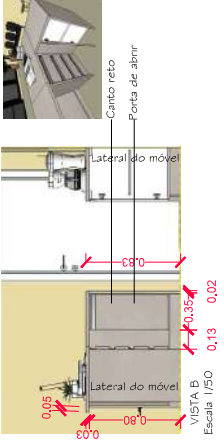
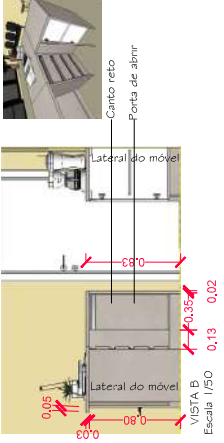
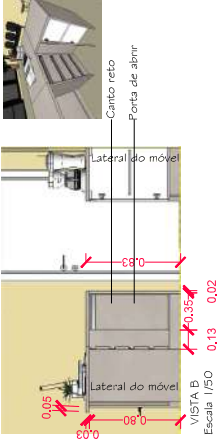
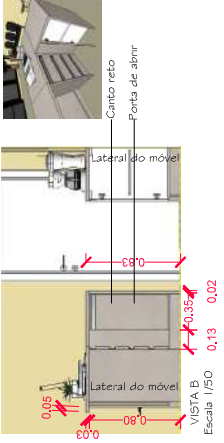
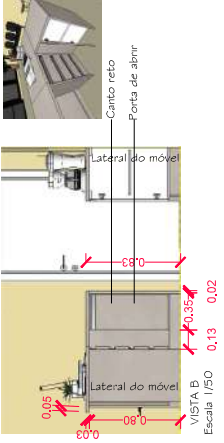
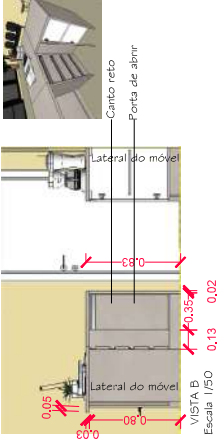
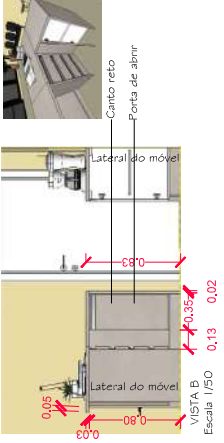
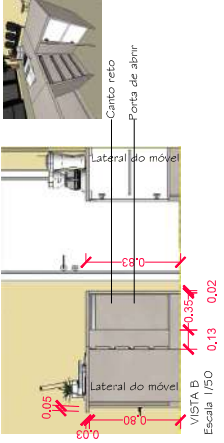
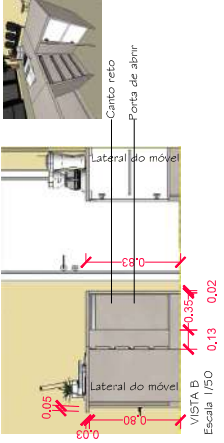
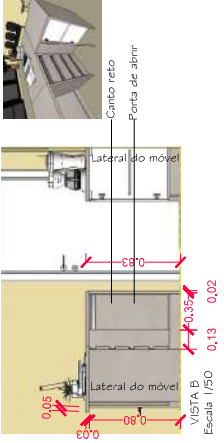
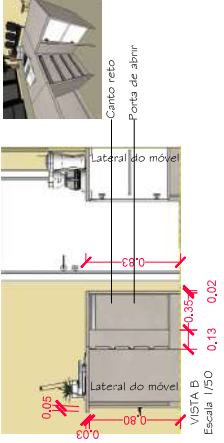
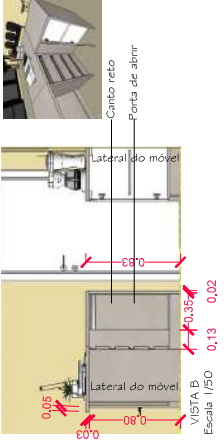
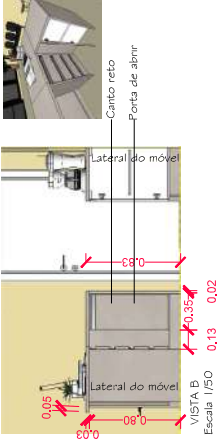
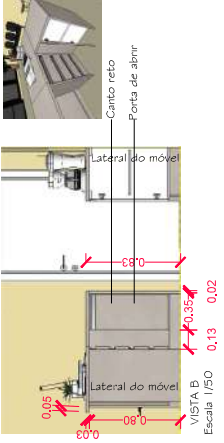
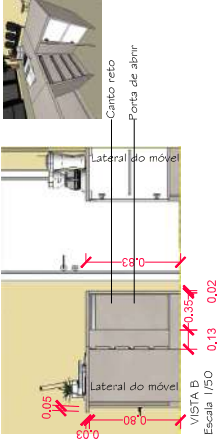
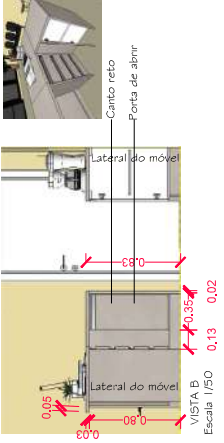
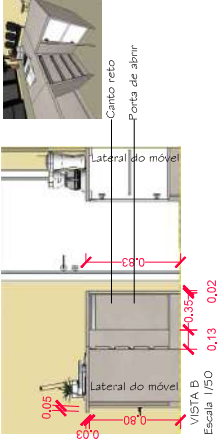
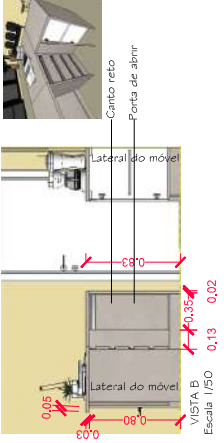
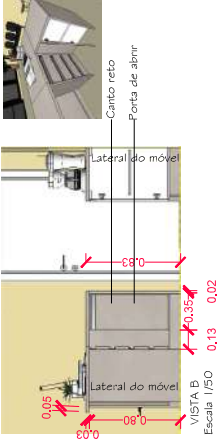
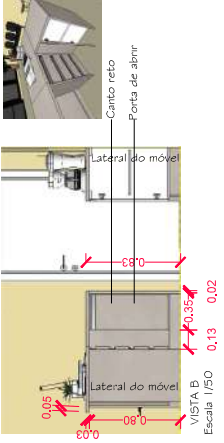
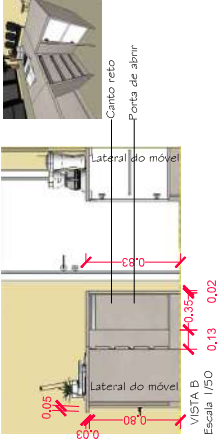
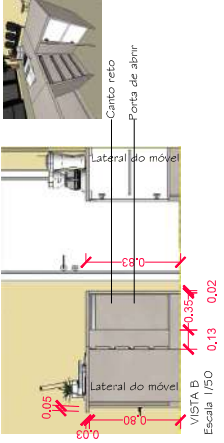
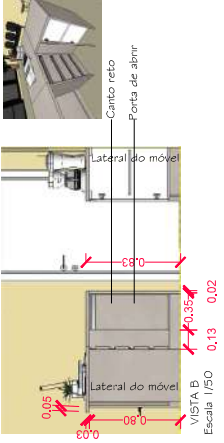
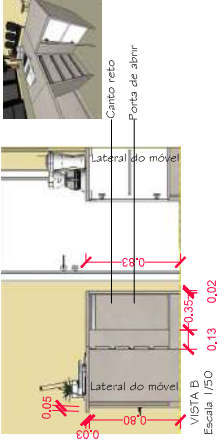
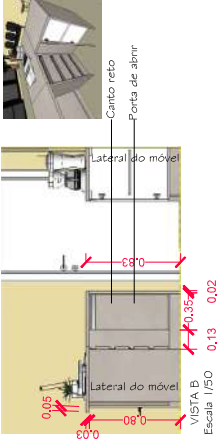
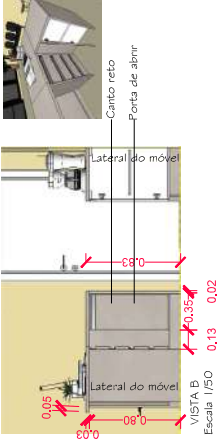
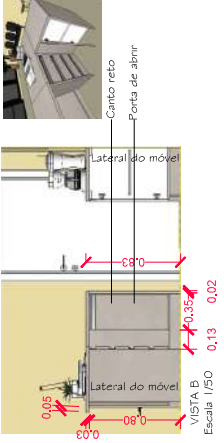
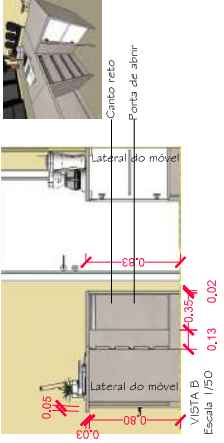
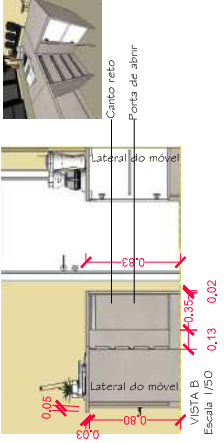
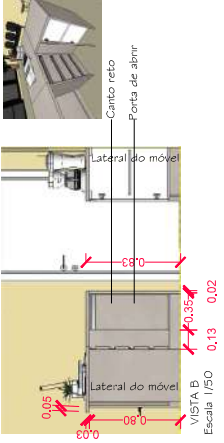
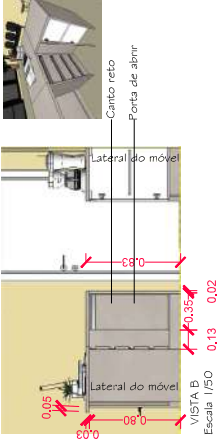
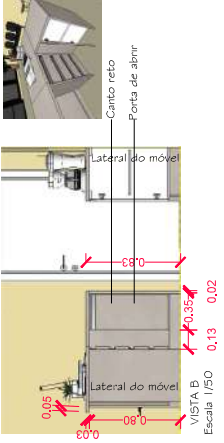
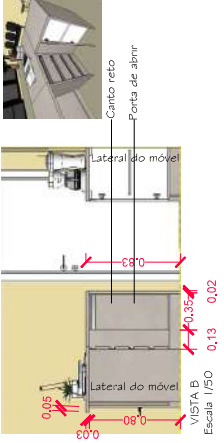
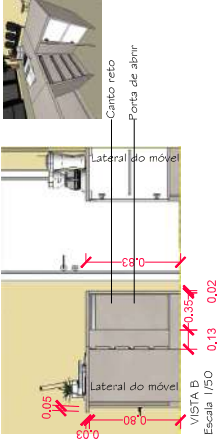
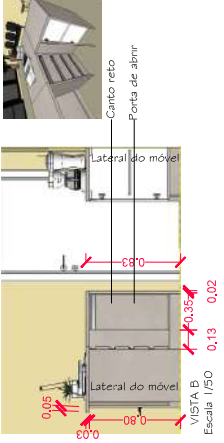
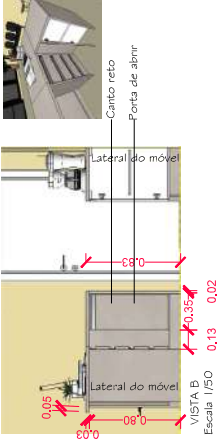
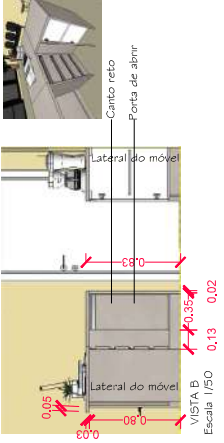
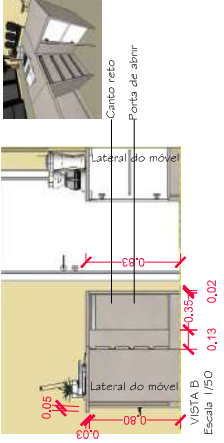
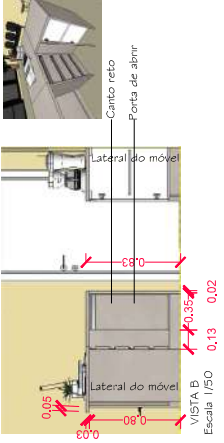
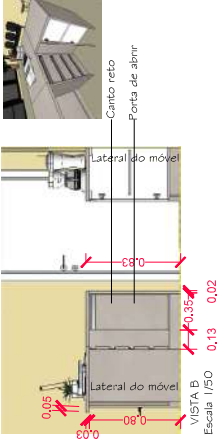
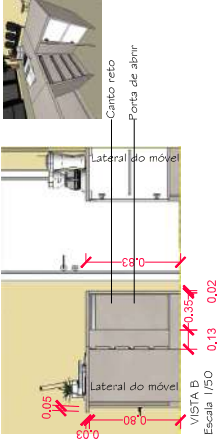
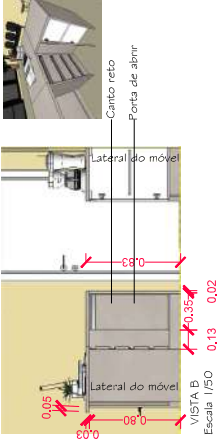
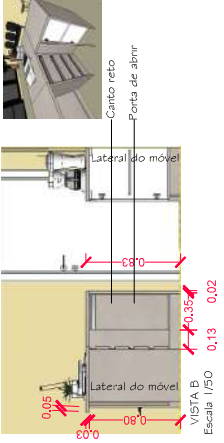
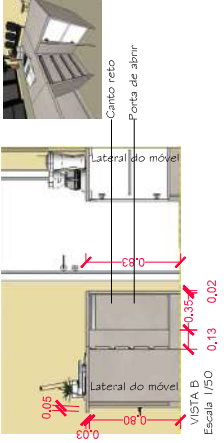
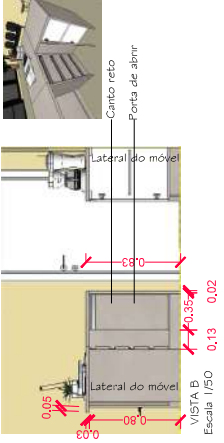
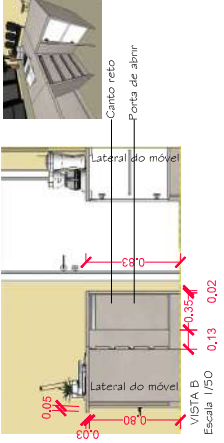
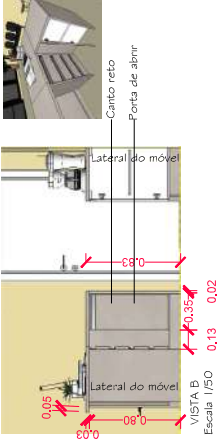
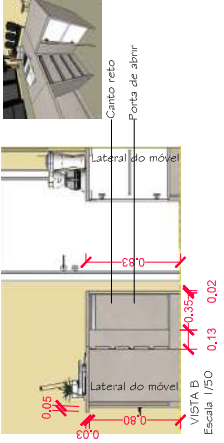
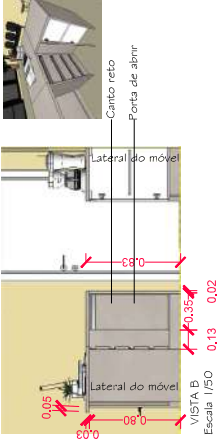
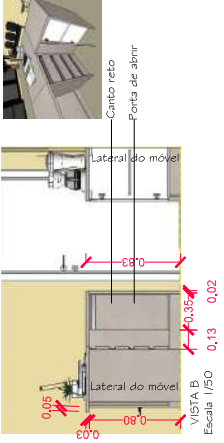
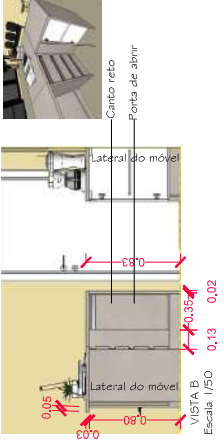
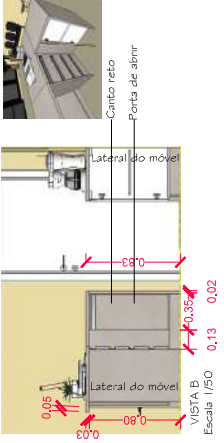
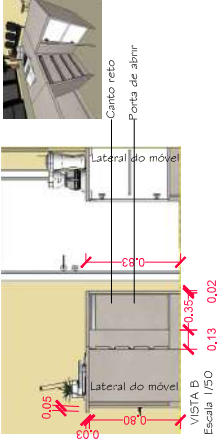
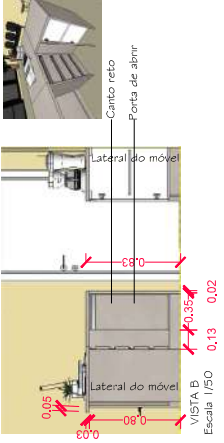
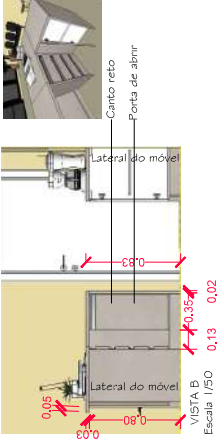
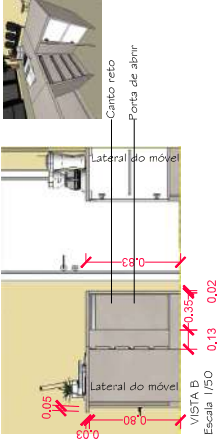
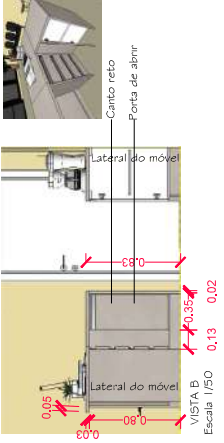
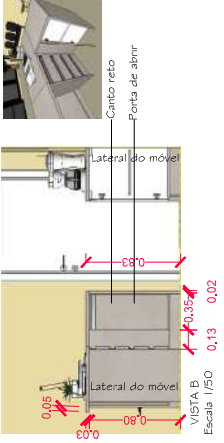
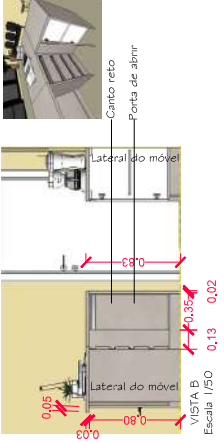
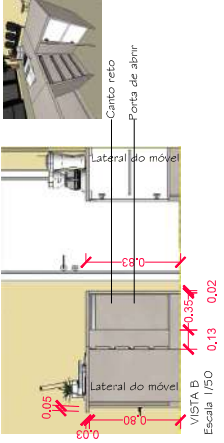
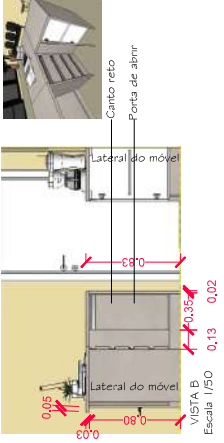
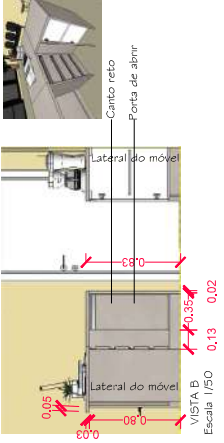
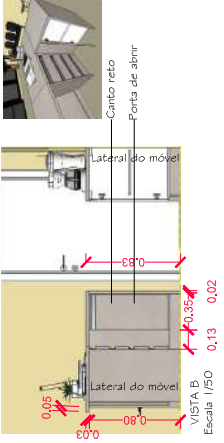
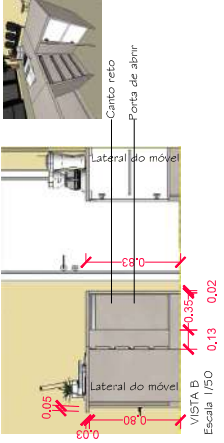
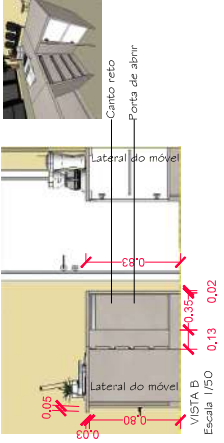
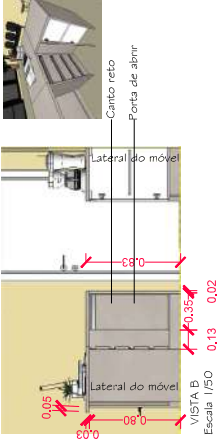
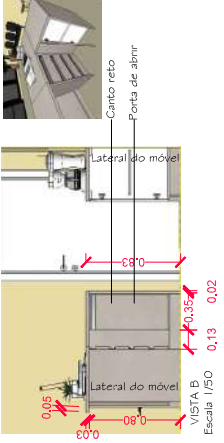
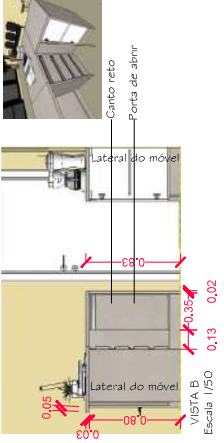
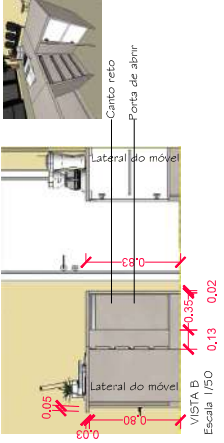
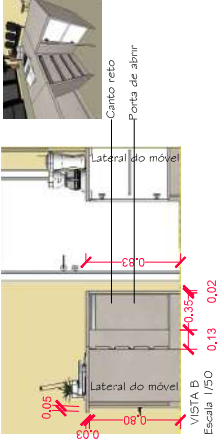
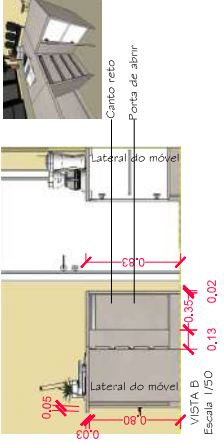
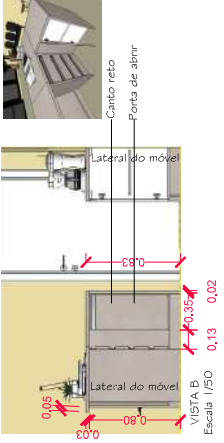
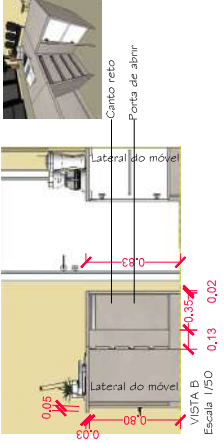
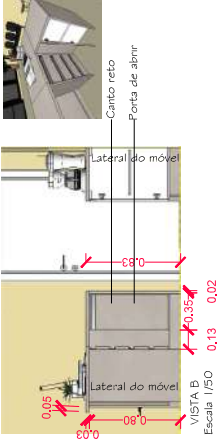
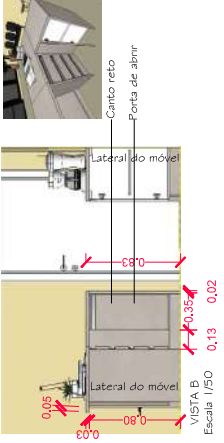
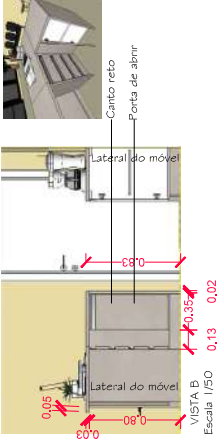
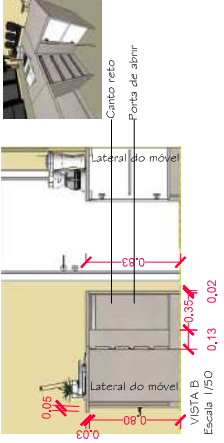
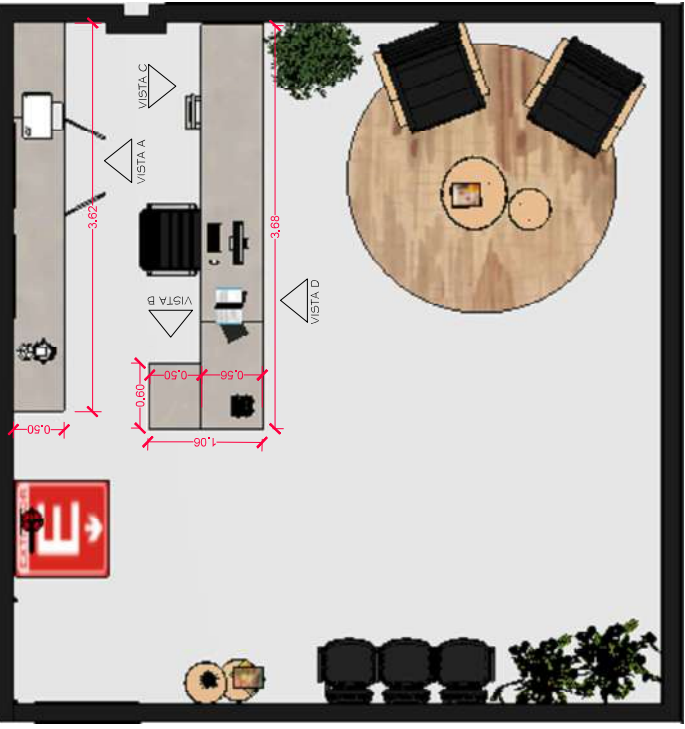
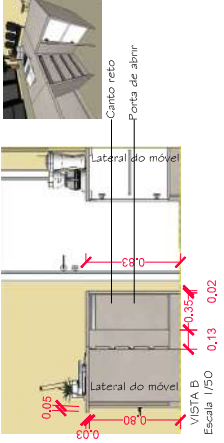
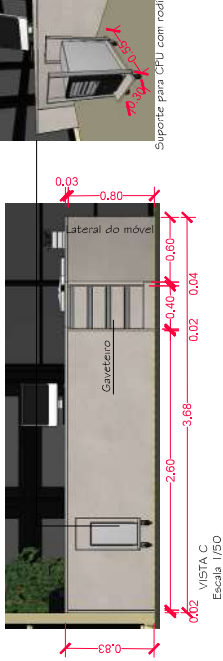
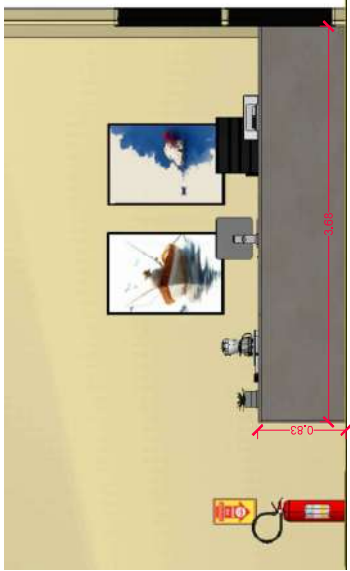
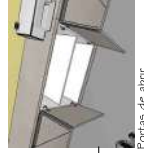
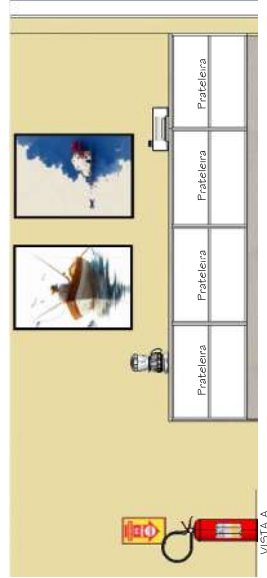
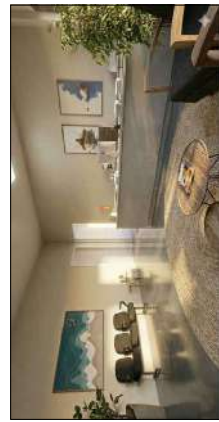
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

---

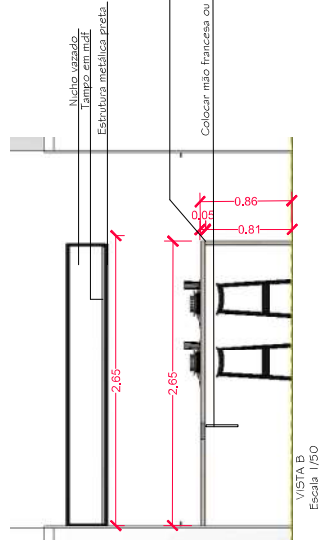
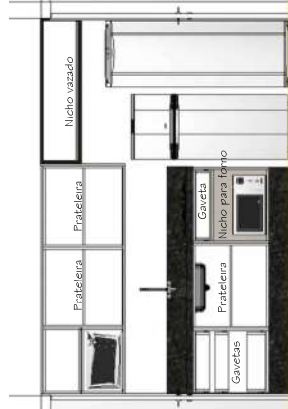
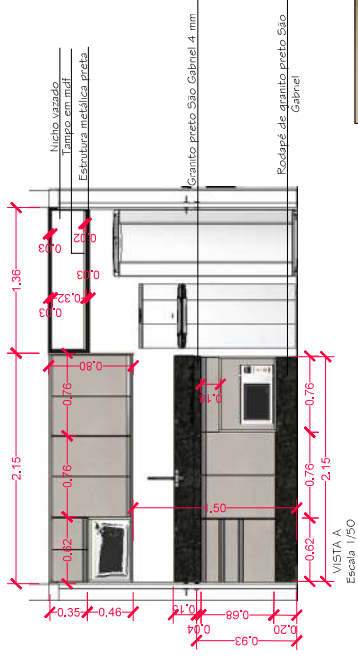
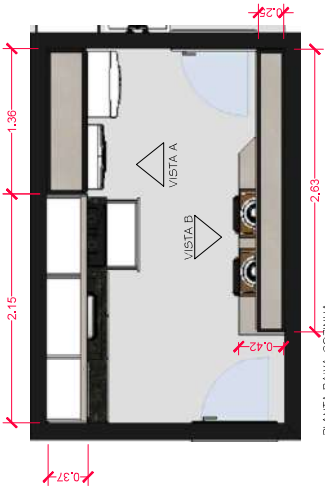
**ANEXO I**



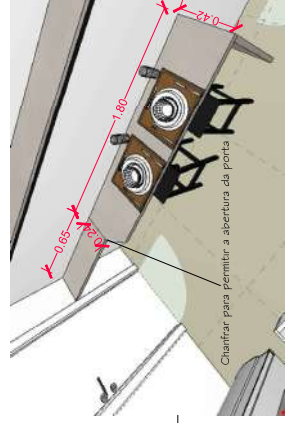
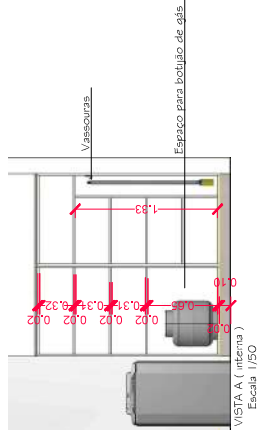
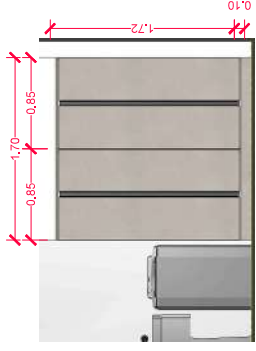
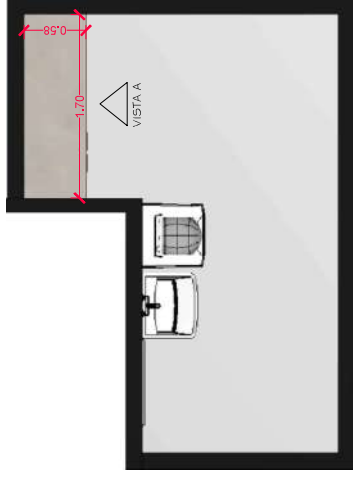
# CRAS - RECEPÇÃO



# COZINHA



# ÁREA DE SERVIÇO



**MÓBILIÁRIO**  
Os móveis deverão ser executados em madeira de ref. 18 a 20mm, com acabamento em verniz branco ou similar, com aplicação de pintura à base de água, preferencialmente em 2 demãos, com 18mm de esp. total. Distribuição e composição de materiais deverão ser especificados no projeto de mobiliário, considerando o tipo de material, a quantidade e a cor, para garantir a qualidade e a durabilidade dos móveis.

**IMPORTANTE**  
OS TENSÕES DEBEM NÃO ESTAR AQUECIDAS NO ENCAMBIAMENTO, ASSIM COMO O INTERLÂMBIO SÓLITO (CADRINHOS, PONTILHADOS...)

**IMPORTANTE**  
AS DIMENSÕES DOS ANTEPOS DEBEM SER CONSIDERADAS NO LOCAL ANTES DA PAUSAGEM E EXECUÇÃO DOS MÓBIS.

**COZINHA**  
Deverá ser prevista a instalação adequada para a instalação do eletrodoméstico.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br**  
**VANESSA TIBOLA DA ROCHA**  
 Data: 09/03/2026 15:00:36-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

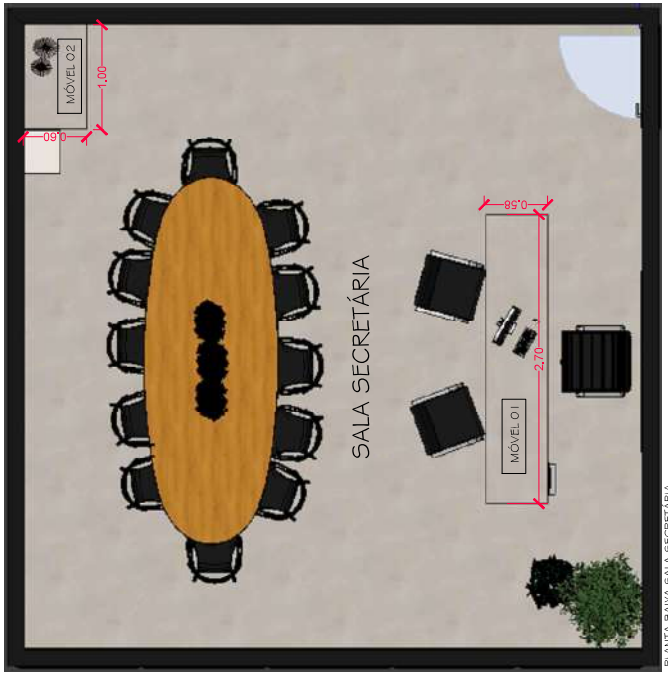
Projeto	PROJETO DE MOBILIÁRIO - CRAS VILA MARIA	Folha: A3
Execução	VILA MARIA - RS	
Assunto	COZINHA E ÁREA DE SERVIÇO	
Área do Projeto	250 m²	
Escala indicada		
		Plancha
		<b>02</b>

Resp: Tensão - Cr Vanessa Tibola Da Rocha - CAU/RS 405511-4  
 CNPJ: 13.047.571/22.000-140  
 Município de Vila Maria  
 Proprietário

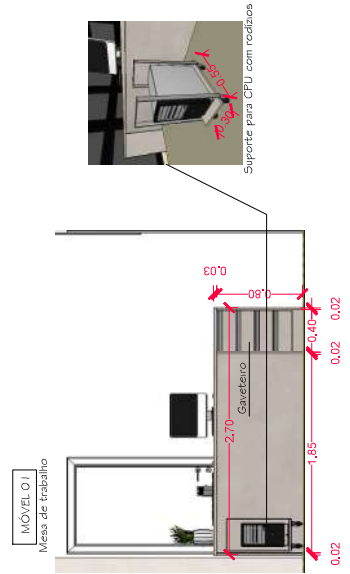
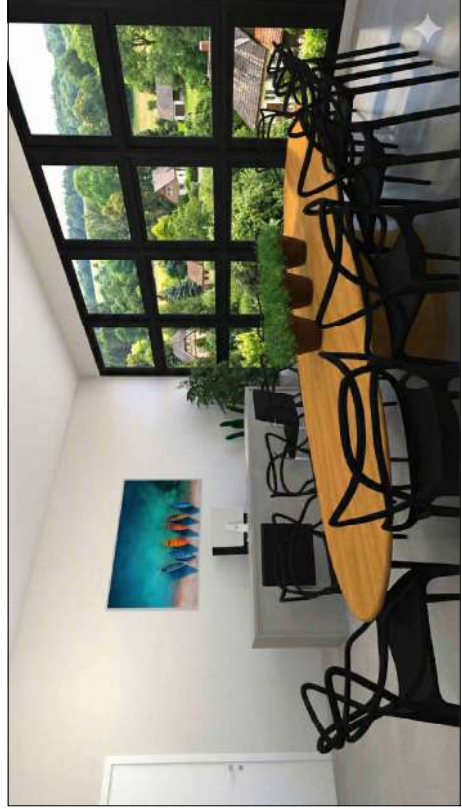




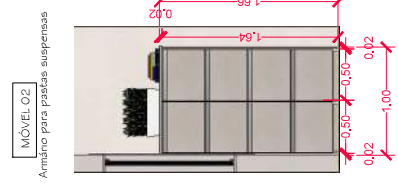
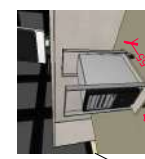
# CRAS - SALA PRINCIPAL



PLANTA BAIXA SALA SECRETARIA  
Escala 1/50



Supporte para CPU com rodízios



Documento assinado digitalmente  
**VANESSA TIBOLA DA ROCHA**  
 Data: 09/03/2026 15:03:18-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



Projeto: PROJETO DE MOBILIÁRIO - CRAS VILA MARIA	Folha: A3
Assunto: VILA MARIA - R/S	
ESCRITÓRIO E SALA REUNIÕES	
Área do Projeto: 230 m²	
Escala: indicada	
Plancha	
<b>05</b>	

**MOBILIÁRIO**  
 Os móveis deverão ter comprimento em milímetros (mm) de 200 mm, com conformidade sugerida, abaixo de 200 mm, com exceção de cadeiras, que deverão ter altura de 450 mm, com conformidade sugerida, abaixo de 450 mm, e com altura de assento de 400 mm, com conformidade sugerida, abaixo de 400 mm. O comprimento de cadeiras com o modelo: fixadoras, não poderá. O comprimento de cadeiras com o modelo: giratórias, não poderá ser superior a 450 mm, com conformidade sugerida, abaixo de 450 mm.

**IMPORTANTE**  
 OS ITENS DECORATIVOS NÃO ESTÃO INCLUIDOS NO ORÇAMENTO, ASSIM COMO O MOBILIÁRIO SÓBIO (LUSTRES, TOLONHAS, ...).

**IMPORTANTE**  
 AS DIMENSÕES DOS AMBIENTES DEVERÃO SER CONFERIDAS NO LOCAL ANTES DA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS MOBÍLIOS.





---

**SEDE NOVO CRAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA -RS**

**MEMORIAL DESCRITIVO  
PROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO**

---

INTERESSADO:



COORDENAÇÃO:

RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

**ARQ. VANESSA TIBOLA DA ROCHA  
CAU RS A95517-5**

**Vila Maria, março de 2026.**



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

### Sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS .....</b>	<b>3</b>
1.1    DADOS DO REQUERENTE.....	3
1.2    EMPRESA E RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO .....	3
<b>2. MEMORIAL.....</b>	<b>3</b>



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

### 1. IDENTIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

#### 1.1 Dados do Requerente

**Nome:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA -RS

**CNPJ nº:** 92.406.115/0001-07

**Endereço completo:** R Irmaos Busato, 450 - Centro, Vila Maria - RS, 99155-000

**FONE DE CONTATO:** (54) 3359-1200

#### 1.2 Empresa e responsável técnico pela elaboração do projeto

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS			
<b>Nome</b>	VANESSA TIBOLA DA ROCHA		
<b>Formação</b>	Arquiteta e Urbanista		
<b>CNPJ</b>	53.475.722/0001-05		

### 2. MEMORIAL

**PROPOSTA DE PROJETO:** Visando melhorar a infraestrutura do local, a administração municipal propõe que os ambientes que serão utilizados para o CRAS deverão conter mobiliário projetado conforme usos e espaços que serão ocupados no intuito de buscar o melhor aproveitamento dos mesmos;

#### DESCRIÇÃO:

Trata-se de mobiliário tamponado em mdf ou mdp que seja de 18 a 20 mm de boa qualidade, caixaria em mdf branco 18 mm, corrediça telescópica e frentes em mdf 18mm, puxador perfil alumínio;



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

### IMPORTANTE:

O MOBILIÁRIO SOLTO NÃO ESTÁ INCLUÍDO NO PROJETO E ORÇAMENTO, ASSIM COMO OS ITENS DECORATIVOS;

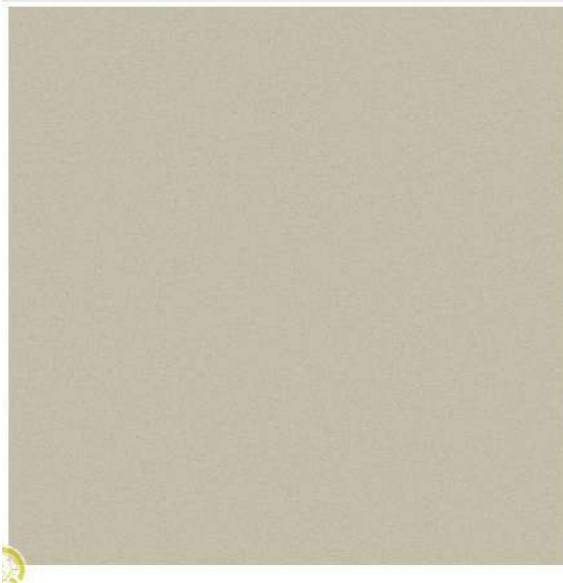
AS DIMENSÕES DOS AMBIENTES DEVERÃO SER CONFERIDAS NO LOCAL ANTES DA EXECUÇÃO E MONTAGEM;

ASSIM COMO É INDICADA A INSTALAÇÃO PRÉVIA DE PONTOS DE LUZ QUE SERÃO NECESSÁRIOS PARA POSTERIOR INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS;

### SUGESTÃO DE CORES:

As cores poderão ser alteradas conforme desejo da equipe da Prefeitura;

### ARAUCO



COLEÇÃO REALCE

## Ginger

Como o gengibre, que combina frescor e calor em notas sutis e elegantes, este padrão evoca dualidade em um tom champagne claro, com um brilho suave. É um neutro refinado, para composições surpreendentes.

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Espessura	6   15   18   25 mm
Tamanho	1850 x 2750 mm
Textura	Matt



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



MADERAS

### Ciliegio

Espécie originária da Europa Central e Meridional, essa árvore cresce rapidamente e produz uma madeira amplamente utilizada na fabricação de móveis nas regiões do Piemonte e da Emilia Romana, na Itália, assim como na França.

O Ciliegio é conhecido por sua cor clara, valorizada pelos veios contrastados em diversos tons de marrom, resultando em um desenho elegante e discreto. Um clássico ideal tanto para mobiliário residencial quanto corporativo.

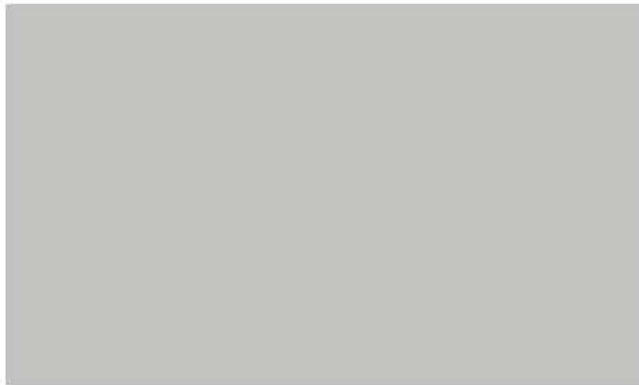
O Ciliegio combina facilmente com outros padrões de madeira escuras, unicores e padrões têxteis, tornando-se uma escolha versátil e sofisticada.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Espessura 6 | 15 | 18 | 25 mm

## DURATEX

**D** Duratex



Cinza Fóssil | Duratex - Painéis de MDF e MDP



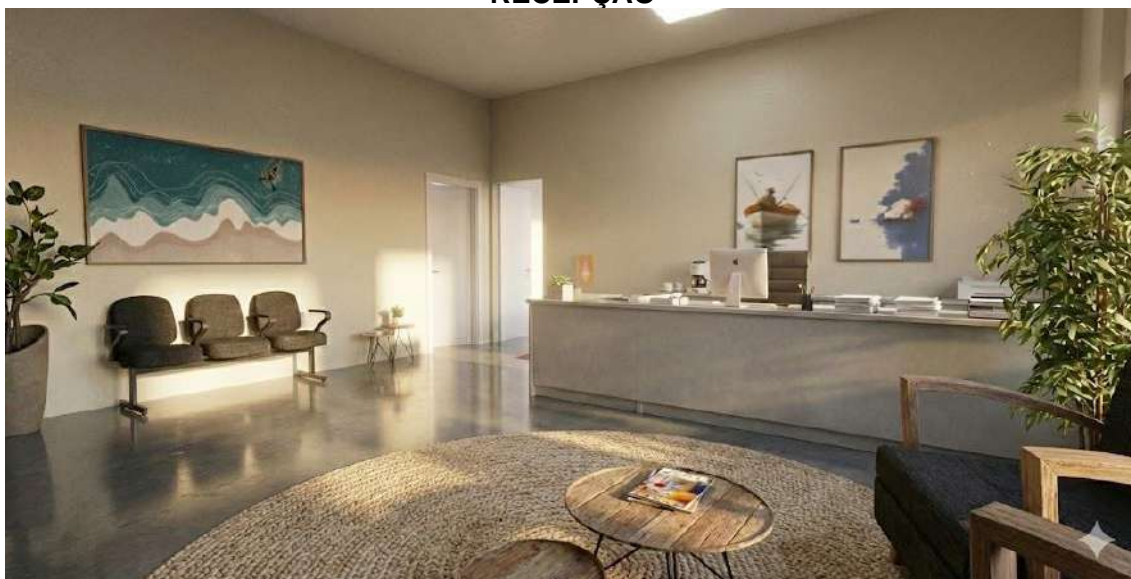
## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

### DEMOSNTRAÇÃO SUCINTA DOS AMBIENTES:

Demais detalhamentos seguem nas pranchas em anexo;

### RECEPÇÃO





## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Planta baixa



Bancada com portas de abrir e uma prateleira interna



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Mesa em "L" , com gaveteiro e suporte para CPU

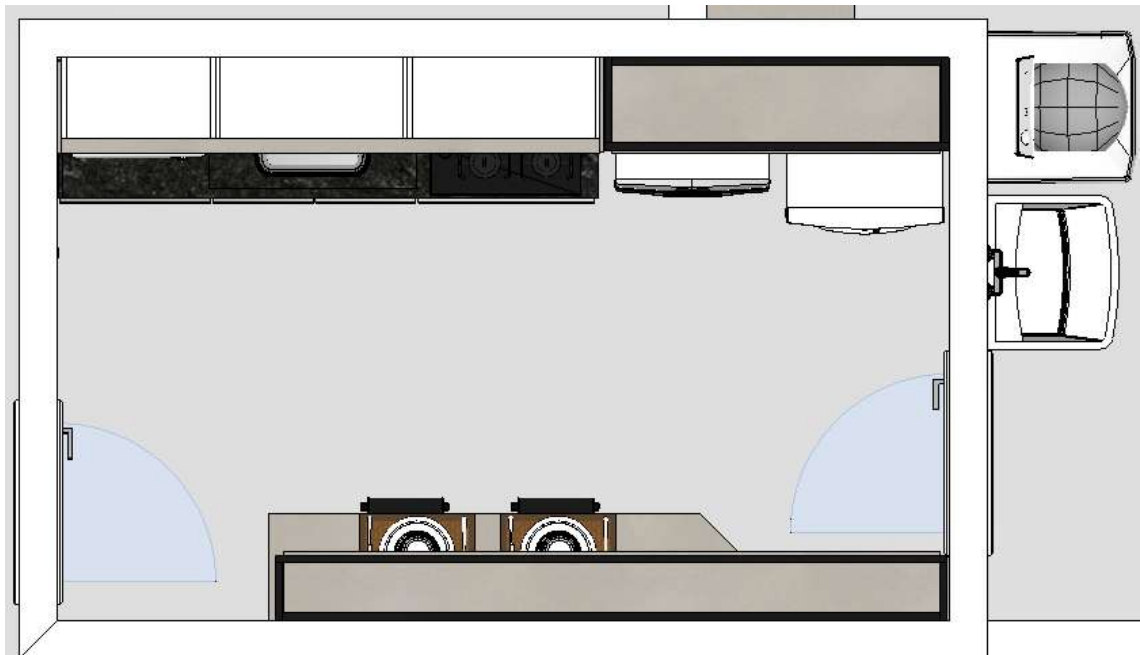
## COZINHA





## PROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Planta baixa



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

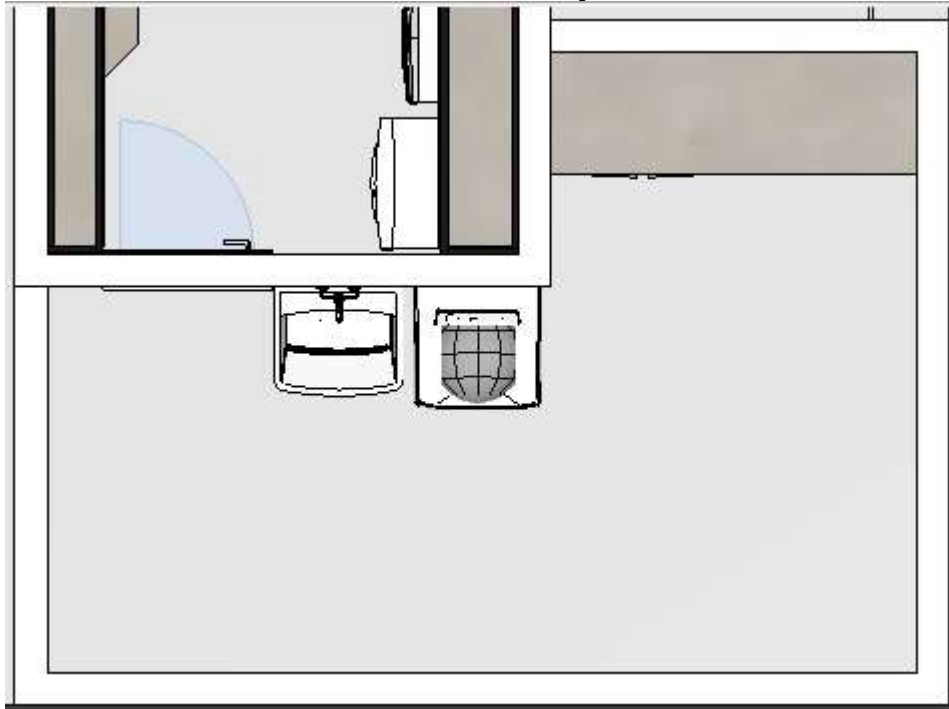




**PROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**

**ÁREA DE SERVIÇO**



**Planta Baixa**



**PROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

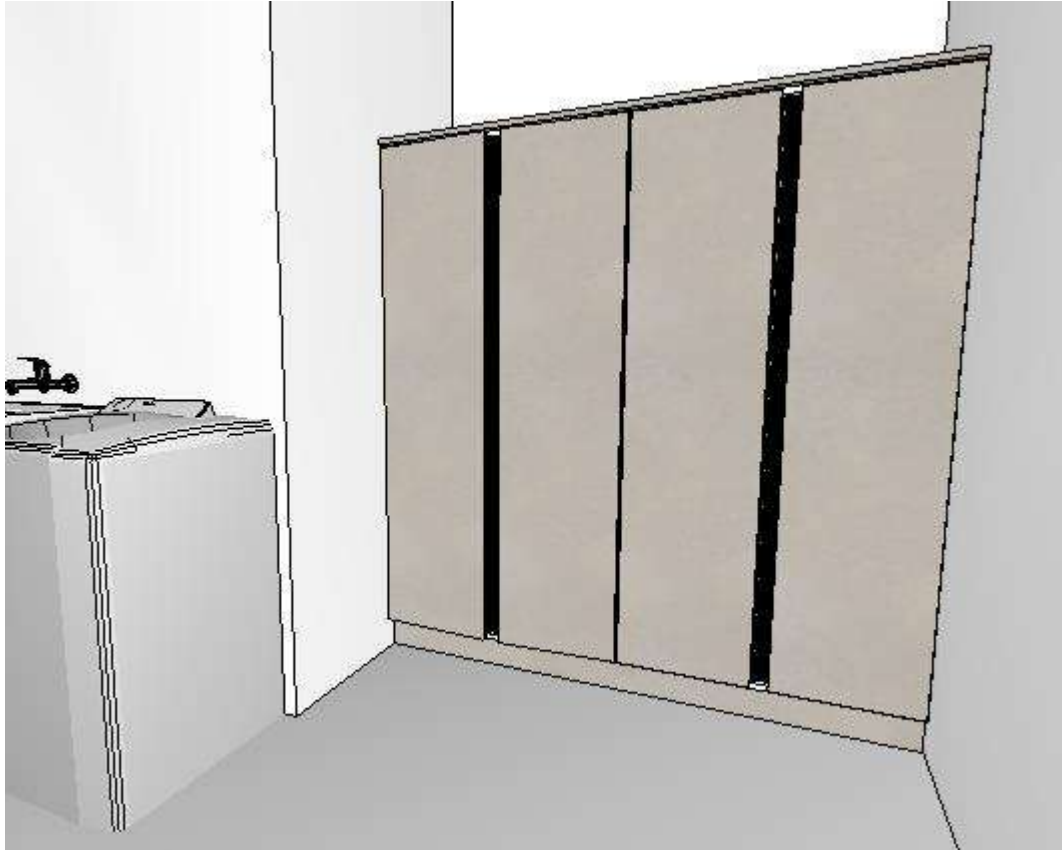
**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**





**PROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**





**PPROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**

**SALA PSICÓLOGA E SALA ASSISTENTE SOCIAL**



Sala Assistente Social



**PPROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**

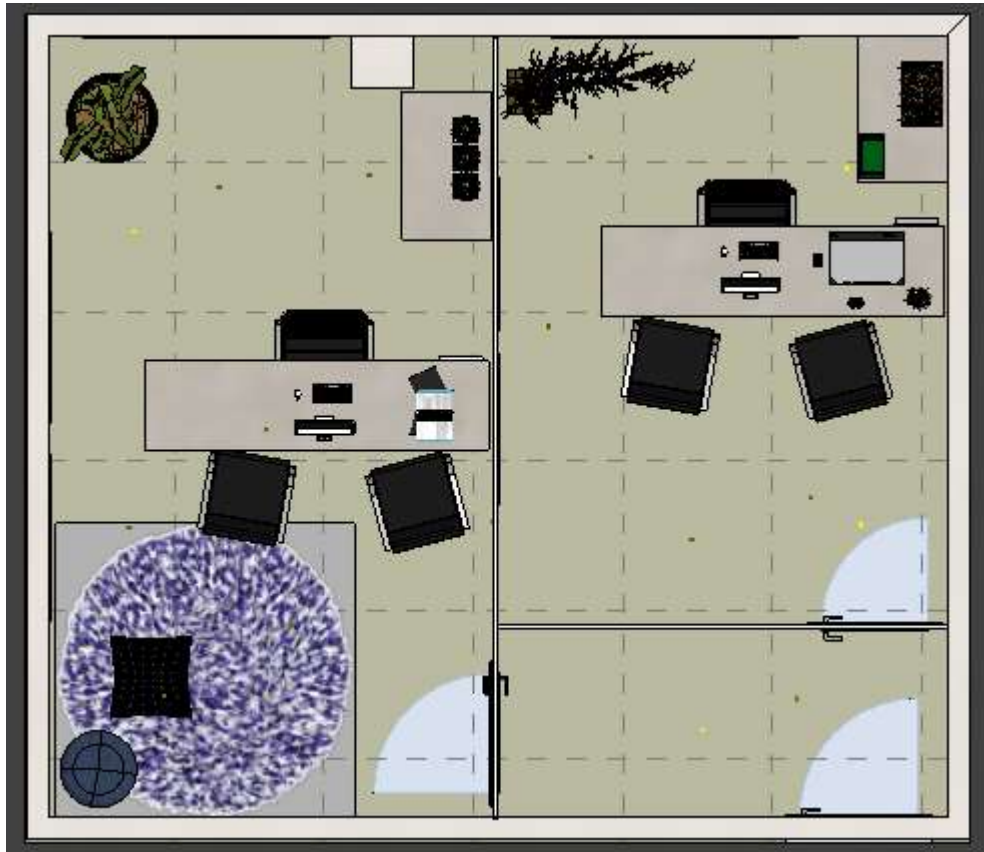


Sala Psicóloga



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Planta baixa





## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



O mobiliário das salas é o mesmo para todas. Mesa com gaveteiro e móvel para arquivos



**PPROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**

**SALA NUTRICIONISTA E SALA PSICÓLOGA 02**





**PPROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**



Sala Nutricionista



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Sala Psicóloga 02

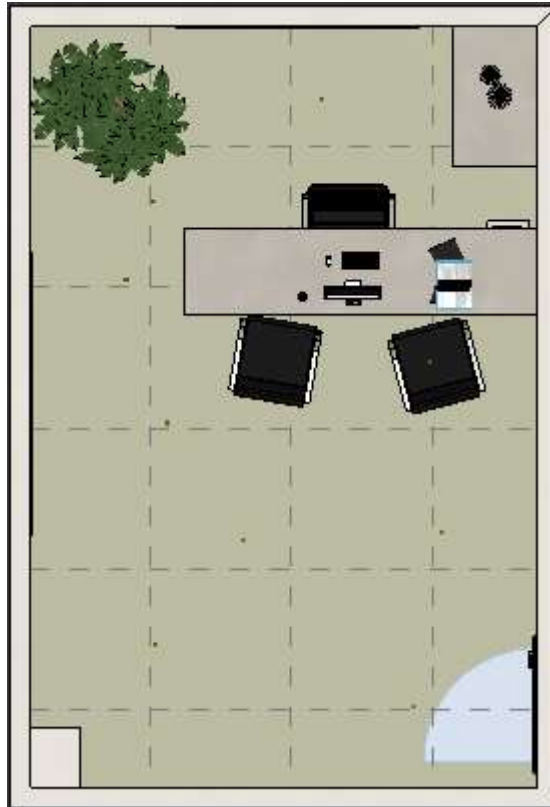
O mobiliário das salas é o mesmo para todas. Mesa com gaveteiro e móvel para arquivos



**PPROJETO MOBILIÁRIO  
PLANEJADO**

**Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01**

**SALA DOS FUNDOS**



**Planta Baixa**



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

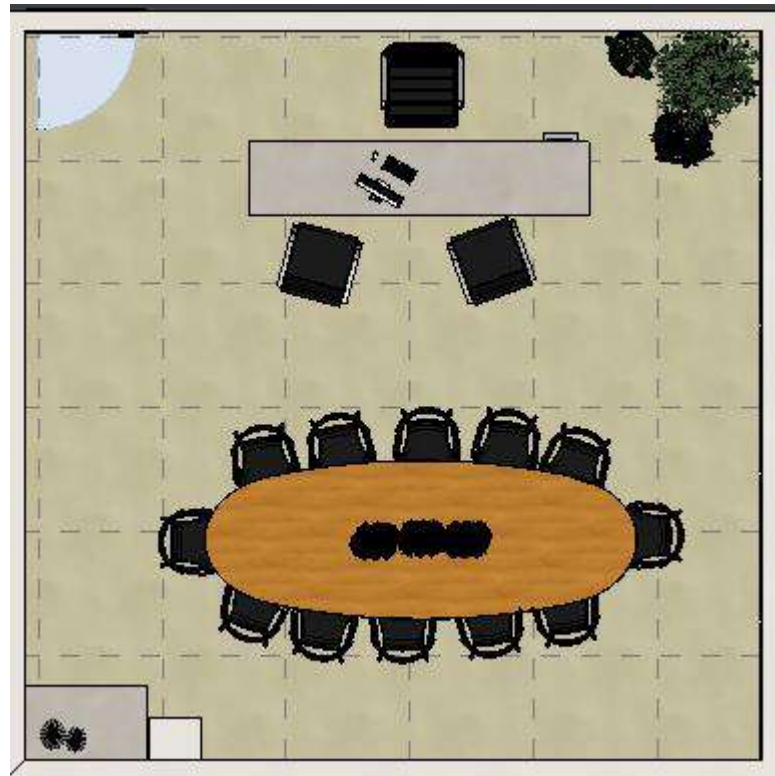




## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01

### SALA SECRETÁRIA



Planta baixa



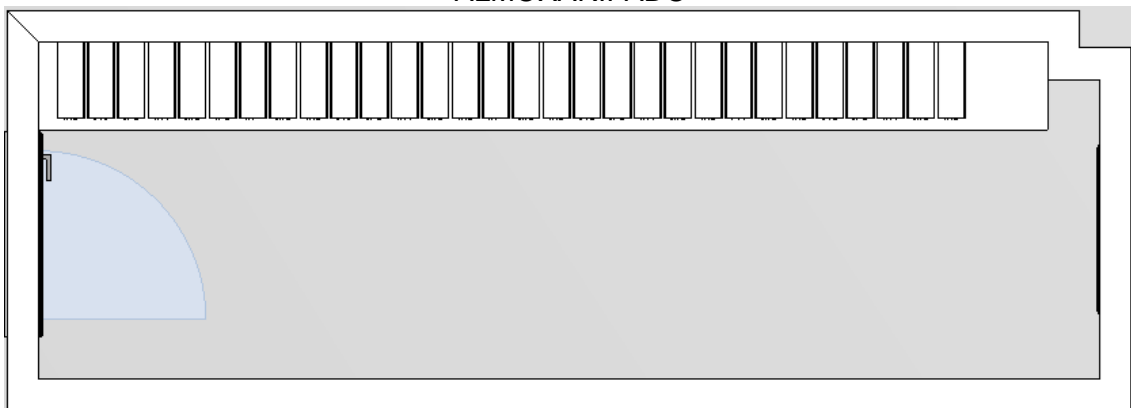


## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



### ALMOXARIFADO



Planta Baixa



## PPROJETO MOBILIÁRIO PLANEJADO

Elaboração: fev/2026  
Revisão n°: 01



Vila Maria – RS, 09 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VANESSA TIBOLA DA ROCHA  
Data: 09/03/2026 15:00:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**ARQ. VANESSA TIBOLA DA ROCHA**  
**CAU RS A95517-5**

PLANILHA ORÇAMENTARIA												
OBRA: NOVA SEDE DO CRAS - MOBILIÁRIO												
AGENTE EXECUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA - RS												
LOCALIZAÇÃO OBRA: RUA IRMÃOS BUSATO, VILA MARIA, RS												
ITEM		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	MATERIAL + MÃO-DE-OBRA	MATERIAL UNITARIO	MATERIAL TOTAL	MÃO-DE-OBRA UNITARIO	MÃO-DE-OBRA TOTAL	TOTAL S/ BDI	BDI	TOTAL COM BDI
<b>MARCENARIA SOB MEDIDA</b>												
<b>1.0</b>	<b>RECEPÇÃO</b>											
1.1	LOCAL	MESA DE ATENDIMENTO E BALCAO APOIO, EM MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm	CONJ.	1	R\$ 8.180,00	R\$ 6.953,00	R\$ 6.953,00	R\$ 1.227,00	R\$ 1.227,00	R\$ 8.180,00	26,51%	R\$ 10.348,52
<b>2.0</b>	<b>SALA SECRETÁRIA</b>											
1.1	LOCAL	MESA DE ATENDIMENTO, ARMARIO PARA PASTAS SUSPENSAS, MESA DE REUNIOES OVAL. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm	CONJ.	1	R\$ 9.075,00	R\$ 7.713,75	R\$ 7.713,75	R\$ 1.361,25	R\$ 1.361,25	R\$ 9.075,00	26,51%	R\$ 11.480,78
<b>3.0</b>	<b>COZINHA E ÁREA DE SERVIÇO</b>											
3.1	LOCAL	BALCAO PIA com GRANITO SAO GABRIEL E CUBA INOX, ARMARIO AEREO, NICHOS VAZADOS COM METALON, MESA REFEIÇÕES, ARMÁRIO ÁREA DE SERVIÇO. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm. Cozinha em Granito preto são Gabriel Tampo de 2.15x.60 por 4cm espessura e borda de 15cm com cuba inox 40x34	CONJ.	1	R\$ 13.250,00	R\$ 11.262,50	R\$ 11.262,50	R\$ 1.987,50	R\$ 1.987,50	R\$ 13.250,00	26,51%	R\$ 16.762,58
<b>4.0</b>	<b>SALAS ATENDIMENTO E ALMOXARIFADO</b>											
4.1	LOCAL	5 MESAS DE ATENDIMENTO, 5 ARMÁRIOS PARA PASTAS SUSPENSAS, PRATELEIRAS ALMOXARIFADO. MDF 18MM BERNECK COR NUDE VELL OU ARAUCCO COR BETON OU SIMILAR A COMBINAR, E PARTE INTERNA BRANCA, corrediças telescópicas largas, dobradiças com amortecimento soft close, puxador gola anodizado, metalon de 2x2 cm, fundos dos móveis e gavetas em MDF 6mm	CONJ	1	R\$ 33.100,00	R\$ 28.135,00	R\$ 28.135,00	R\$ 4.965,00	R\$ 4.965,00	R\$ 33.100,00	26,51%	R\$ 41.874,81
TOTAL MARCENARIA SOB MEDIDA										R\$ 63.605,00		R\$ 80.466,69
<b>5.0</b>	<b>MÓVEIS SOLTOS</b>											
5.1	LOCAL	CADEIRA GIRATÓRIA DE ESCRITÓRIO PRETA (COURO SINTETICO OU SIMILAR), Função Giratória 360, mecanismo de regulagem de altura, estofada com tecido de alta durabilidade, estrutura em aço resistente, com braços, base cromada com rodízios, ergonômica, assento acolchoado, encosto em malha respirável, peso até 120 kg	UNID.	7	R\$ 406,28	R\$ 406,28	R\$ 2.843,96		R\$ -	R\$ 2.843,96	26,51%	R\$ 3.597,89
5.2	COTAÇÃO 6	1 LONGARINA PRETA (3 LUGARES), base fixa em formato de "Y" em aço cromado com quatro sapatas;encosto com estrutura em aço perfurado; assento em polipropileno ou aço perfurado; braço em aço cromado com formato anatômico; peso 150kg por assento.	UNID.	1	R\$ 967,31	R\$ 967,31	R\$ 967,31		R\$ -	R\$ 967,31	26,51%	R\$ 1.223,74
5.3	LOCAL	2 POLTRONAS PARA A RECEPÇÃO, estrutura em madeira de eucalipto, espuma D26, braços de madeira, tecidos em veludo, suede, linho ou sintético, peso até 120kg. Medidas: Altura: 85 cm x Largura: 61 cm x Profundidade: 78 cm Almofada do assento: Fixa; Almofada do encosto: Fixa; Enchimento do Assento: Espuma D-26; Enchimento do Braço: Não Possui; Enchimento do Encosto: Espuma D-26; Firmeza do Assento: Macio; Material do Braço: Madeira; Material dos Pés: Madeira; Modelo de Poltrona: Fixo; Possui Percintas Elásticas: Sim; Sistema de Montagem: Parafusos; Suporta Até (kg): 120 kg	CONJ.	1	R\$ 819,98	R\$ 819,98	R\$ 819,98		R\$ -	R\$ 819,98	26,51%	R\$ 1.037,36
5.4	LOCAL	TAPETE REDONDO 2M de diâmetro, Fibra Natural de Sisal, Bege, Antiderrapante	UNID.	1	R\$ 859,98	R\$ 859,98	R\$ 859,98		R\$ -	R\$ 859,98	26,51%	R\$ 1.087,96

ITEM		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	MATERIAL + MÃO-DE-OBRA	MATERIAL UNITARIO	MATERIAL TOTAL	MÃO-DE-OBRA UNITARIO	MÃO-DE-OBRA TOTAL	TOTAL S/ BDI	BDI	TOTAL COM BDI
5.5	LOCAL	MESAS APOIO REDONDA (RECEPÇÃO). Conjunto duas mesas com tampo MDF 15mm de espessura, acabamento com pintura UV com brilho. Pés Palitos de Madeira maciça envernizada. Dimensões Mesa Maior: Altura: 62 cm, Diâmetro do Tampo da Mesa: 45 cm. Dimensões Mesa Menor: Altura: 47 cm, Diâmetro do Tampo da Mesa: 45 cm. Cor Freijó/Off White. Sapatas Plásticas nos pés que impedem que a mesa escorregue no chão. Borda invertida.	CONJ.	1	R\$ 196,33	R\$ 166,88	R\$ 166,88		R\$ -	R\$ 166,88	26,51%	R\$ 211,12
5.6	LOCAL	Banqueta Alta Allegra Cozinha. Modelo: Banqueta Allegra. Material: 100% Polipropileno. Altura Total: 108,00 (cm). Altura do Assento: 75,00 (cm). Altura até o braço: 93,50 (cm). Largura Total: 46,00 (cm). Largura do Assento: 35,00 (cm). Profundidade Total: 47,00 (cm). Profundidade do Assento: 40,00 (cm). Distância de um braço ou outro: 48,00 (cm). Peso Aproximado: 6,50 (Kg).	UNID.	2	R\$ 274,50	R\$ 274,50	R\$ 548,99		R\$ -	R\$ 548,99	26,51%	R\$ 694,53
5.7	COTAÇÃO 9	Cooktop a Gás Fischer 4 Bocas Mesa Vidro Bivolt, Preto, 1 queimador rápido (3000W) e três queimadores semi rápidos (1750W), Trempe individuais em aço carbono esmaltado e acendedor superautomático.	UNID.	1	R\$ 516,55	R\$ 516,55	R\$ 516,55		R\$ -	R\$ 516,55	26,51%	R\$ 653,49
5.8	LOCAL	CADEIRAS PRETAS POLIPROPILENO OU SIMILAR (SALAS) - Cadeira empilhável, com estrutura em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi preto, e assento e encosto em polipropileno. Largura (cm) - 54,5 cm Profundidade (cm) - 50 cm. Altura (cm) - 85 cm. Material Principal - Aço. Material das Pernas - Aço. Material do Assento - Polipropileno. Material do Encosto - Polipropileno. Cor - Preto. Acabamento - Epóxi. Acabamento das Pernas - Epóxi. Estofada - Não. Suporta até (kg) - 100 kg. Tipo de Assento - Fixo. Antiderrapante - Sim	UNID.	12	R\$ 199,00	R\$ 199,00	R\$ 2.388,00		R\$ -	R\$ 2.388,00	26,51%	R\$ 3.021,06
5.9	LOCAL	CADEIRAS PRETAS ALLEGRA (MESA REUNIÕES). Assento de polipropileno com espessura de 5 mm, com altura do assento de 45 cm e profundidade de 56 cm. A estrutura é feita de polipropileno e fibra de vidro. Empilhável. Com capacidade para suportar até 150 kg.	UNID.	12	R\$ 142,48	R\$ 142,48	R\$ 1.709,70		R\$ -	R\$ 1.709,70	26,51%	R\$ 2.162,94
TOTAL MÓVEIS SOLTOS										R\$ 10.821,34	R\$ 2,39	R\$ 13.690,09
6.0	GESSO E PORTAS											
5.1	96360 - SINAPI	PARADE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS, SEM VÃOS	M²	33,95	R\$ 133,61	R\$ 113,57	R\$ 3.855,65	R\$ 20,04	R\$ 680,41	R\$ 4.536,06	26,51%	R\$ 5.738,57
5.2	88489 - SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M²	67,9	R\$ 13,80	R\$ 11,73	R\$ 796,47	R\$ 2,07	R\$ 140,55	R\$ 937,02	26,51%	R\$ 1.185,42
5.3	104648 - SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MECANIZADO	M²	67,9	R\$ 16,46	R\$ 13,99	R\$ 949,99	R\$ 2,47	R\$ 167,65	R\$ 1.117,63	26,51%	R\$ 1.413,92
5.4	91297	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID.	4	R\$ 529,84	R\$ 450,36	R\$ 1.801,46	R\$ 79,48	R\$ 317,90	R\$ 2.119,36	26,51%	R\$ 2.681,20
5.5	102230	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 3 DEMÃOS	M²	13,44	R\$ 25,34	R\$ 21,54	R\$ 289,48	R\$ 3,80	R\$ 51,09	R\$ 340,57	26,51%	R\$ 430,85
5.6	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID.	4	R\$ 220,29	R\$ 187,25	R\$ 748,99	R\$ 33,04	R\$ 132,17	R\$ 881,16	26,51%	R\$ 1.114,76
TOTAL GESSO E PORTAS										R\$ 9.931,80		R\$ 12.564,72
TOTAL										R\$ 74.426,34	R\$ 2,39	R\$ 106.721,50

Vila Maria, 10 de março de 2026.

\_\_\_\_\_  
 Prefeito Municipal de Vila Maria

\_\_\_\_\_  
 Vanessa T. Da Rocha - Arquiteta e Urbanista  
 CAU-RS A95517-5



Documento assinado digitalmente

VANESSA TIBOLA DA ROCHA

Data: 17/03/2026 07:14:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



## COTAÇÕES

## EMPRESAS FORNECEDORAS:

EMPRESAS CNPJ	NOME	FONE	CONTATO
E001 47.960.950/1088-36	Magazine Luiza	0800 773 3838	<a href="https://www.magazineluiza.com.br/pedra-para-jardim-seixo-dolomita-preta-no3-vaso-planta-15kg-verde-garden/p/kh195">https://www.magazineluiza.com.br/pedra-para-jardim-seixo-dolomita-preta-no3-vaso-planta-15kg-verde-garden/p/kh195</a>
E002 13153731000119	Modelare Moveis sob medida	54 996246439	Juliano
E003 03007331000141	Mercado Livre	0800 637 7246	<a href="https://www.mercadolivre.com.br/ajuda/v2">https://www.mercadolivre.com.br/ajuda/v2</a>
E004 20.596.025/0001-07	Industria das Cadeiras	(41) 3097 4777	<a href="mailto:vendas@industriascadeiras.com.br">vendas@industriascadeiras.com.br</a>
E005 01.438.784/0048-60	Leroy Merlin	(11) 4020-5376	0800-020-5376
E006 82.984.287/0001-04	Fischer	47 99811-9969	<a href="mailto:sac@fischer.com.br">sac@fischer.com.br</a>
E007 15.436.940/0001-03	Amazon	0800 038 0541	<a href="mailto:ajuda-amazon@amazon.com.br">ajuda-amazon@amazon.com.br</a>
E008 10.430.181/0001-35	MadeiraMadeira	0800 080 0099	<a href="https://ajuda.madeiramadeira.com.br/hc/pt-br">https://ajuda.madeiramadeira.com.br/hc/pt-br</a>
E009 33.041.260/0652-90	Casas Bahia	(11) 95054-7041	11 4003-2773
E010 43.283.811/0001-50	Kalunga	(11) 3346-9966	<a href="https://www.kalunga.com.br/atendimento-cliente-kalunga/duvidas">https://www.kalunga.com.br/atendimento-cliente-kalunga/duvidas</a>
E011 02.206.577/0001-80	Magazine Luiza	0800 773 3838	<a href="https://atendimento.magazineluiza.com.br/hc/pt-br">https://atendimento.magazineluiza.com.br/hc/pt-br</a>
E012 21969267000161	Villa Moveis	(54)991480508 ou (54)99102724	<a href="https://atendimento.villamoveis.com.br/hc/pt-br">https://atendimento.villamoveis.com.br/hc/pt-br</a>
E013 42585662000110	Sulimar Belarmino	+55 54 9631-8154	<a href="mailto:villamoveis@outlook.com">villamoveis@outlook.com</a>
E014 10939046000124	Nobre Lenho Casca	(54) 99686-4315	Sulimar Belarmino Emerson Santin - (54) 99686-4315

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 01	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Marcenaria Recepção	UNIDADE	R\$ 8.090,00	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Modelare Moveis sob medida	R\$	8.180,00	02/03/2026
		Villa Moveis	R\$	5.280,00	05/03/2026
		Nobre Lenho - Casca	R\$	10.600,00	10/03/2026
		Sulimar Belarmino	R\$	8.000,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 02	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Marcenaria Sala Secretária	UNIDADE	R\$ 9.075,00	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Modelare Moveis sob medida	R\$	9.370,00	02/03/2026
		Villa Moveis	R\$	6.200,00	05/03/2026
		Nobre Lenho - Casca	R\$	9.350,00	10/03/2026
		Sulimar Belarmino	R\$	8.800,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 03	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Marcenaria Cozinha/A.S.	UNIDADE	R\$ 13.250,00	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Modelare Moveis sob medida	R\$	17.310,00	02/03/2026
		Villa Moveis	R\$	10.430,00	05/03/2026
		Nobre Lenho - Casca	R\$	13.300,00	10/03/2026
		Sulimar Belarmino	R\$	13.200,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

1 COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 04	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Marcenaria Salas Atendimento e Almojarifado	UNIDADE	R\$ 33.100,00	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Modelare Moveis sob medida	R\$	34.200,00	02/03/2026
		Villa Moveis	R\$	27.510,00	05/03/2026
		Nobre Lenho - Casca	R\$	40.100,00	10/03/2026
		Sulimar Belarmino	R\$	32.000,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 05	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Cadeira Giratória	UNIDADE	R\$ 406,28	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Kalunga	R\$	514,17	03/03/26
		Amazon	R\$	298,39	03/03/26
		Casas Bahia	R\$	282,96	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	1.100,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 06	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Longarina Preta 3 Lugares	UNIDADE	R\$ 967,31	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Mercado Livre	R\$	358,25	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	4.450,00	10/03/2026
		Industria das Cadeiras	R\$	850,90	03/03/26
		Leroy Merlin	R\$	1.083,71	03/03/26
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 07	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Kit 2 Poltronas Anita Conjunto Cadeiras Moderna Braço Madeira	UNIDADE	R\$ 819,98	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Casas Bahia	R\$	819,98	03/03/26
		Leroy Merlin	R\$	747,09	03/03/26
		Madeira Madeira	R\$	819,98	
		Nobre Lenho - Casca	R\$	2.400,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 08	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Banqueta Alta Cozinha	UNIDADE	R\$ 274,50	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Leroy Merlin	R\$	279,00	03/03/26
		Amazon	R\$	269,99	03/03/26
		Mercado Livre	R\$	238,00	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	500,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 09	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Cooktop a Gás Fischer 4 Bocas Mesa Vidro Bivolt	UNIDADE	R\$ 516,55	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Fischer	R\$	539,00	03/03/26
		Amazon	R\$	494,10	03/03/26
		Leroy Merlin	R\$	575,10	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	450,00	10/03/2026
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 09	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Cadeira Allegra	UNIDADE	R\$ 142,48	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		MadeiraMadeira	R\$	95,90	03/03/26
		Amazon	R\$	63,00	03/03/26
		Leroy Merlin	R\$	189,05	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	230,00	10/03/26
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 09	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Cadeira Empilhável Polipropileno Preto	UNIDADE	R\$ 199,00	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Leroy Merlin	R\$	332,72	03/03/26
		Mercado Livre	R\$	199,00	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	190,00	10/03/26
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 09	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Mesas apoio redonda (KIT 2)	UNIDADE	R\$ 196,33	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		Amazon	R\$	159,90	03/03/26
		Mercado Livre	R\$	145,00	03/03/26
		Casas Bahia	R\$	232,75	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	380,00	10/03/26
	OBSERVAÇÕES:				

FONTE COTAÇÃO	CÓDIGO COTAÇÃO 09	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEDIANA	ÍNDICE RETROAÇÃO
		Tapete recepção	UNIDADE	R\$ 859,98	
	EMPRESA	NOME DA EMPRESA		COTAÇÕES	DATA COTAÇÃO
		MadeiraMadeira	R\$	859,98	03/03/26
		Mercado Livre	R\$	884,88	03/03/26
		Magazine Luiza	R\$	859,98	03/03/26
		Nobre Lenho - Casca	R\$	700,00	10/03/26
	OBSERVAÇÕES:				



## 1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: VANESSA TIBOLA DA ROCHA  
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 028.XXX.XXX-94  
Nº do Registro: 000A955175

### 1.1 Empresa Contratada

Razão Social: Vanessa Tibola da Rocha Arquitetura e Paisagismo LTDA  
Período de Responsabilidade Técnica: 06/11/2024 - sem data fim

CNPJ: 53.XXX.XXX/0001-05  
Nº Registro: PJ665071

## 2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI16662231I00CT001  
Data de Cadastro: 17/03/2026  
Data de Registro: 17/03/2026

Modalidade: RRT SIMPLES  
Forma de Registro: INICIAL  
Forma de Participação: INDIVIDUAL

### 2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$130,64      Boleto nº 24293512      Pago em: 17/03/2026

## 3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

### 3.1 Serviço 001

Contratante: Município de Vila Maria  
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público  
Valor do Serviço/Honorários: R\$12.000,00

CPF/CNPJ: 92.XXX.XXX/0001-07  
Data de Início: 18/03/2026  
Data de Previsão de Término: 31/03/2026

#### 3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil  
Tipo Logradouro: RUA  
Logradouro: IRMAOS BUSATO  
Bairro: CENTRO

CEP: 99155000  
Nº: 450  
Complemento:  
Cidade/UF: VILA MARIA/RS

#### 3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO  
Atividade: 1.4.1 - Projeto de arquitetura de interiores

Quantidade: 250,00  
Unidade: metro quadrado

#### 3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

#### 3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

RRT de projeto de interiores para o CRAS, do município de Vila Maria RS

#### 3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro a não exigibilidade de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da



Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

#### 4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
<b>S116662231I00CT001</b>	<b>Município de Vila Maria</b>	<b>INICIAL</b>	<b>17/03/2026</b>

#### 5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

#### 6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista VANESSA TIBOLA DA ROCHA , registro CAU nº 000A955175, na data e hora: 2026-03-17 07:09:07, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO II**  
**MODELO DE RELAÇÃO DE ITENS / FORMULÁRIO PROPOSTA**  
**PREGÃO N ° \_\_\_\_/2025**

Nome da empresa (Razão Social):

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total



VALOR TOTAL R\$ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO III**

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA  
PREGÃO N° \_\_\_\_/2025

**DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., por meio de seu representante legal, Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO IV**

**MODELO**

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA  
PREGÃO N° \_\_\_\_/2025

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do presente, credenciamos o Sr. ....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., a participar da licitação instaurada pelo Município de xxxxxxx, na modalidade de Pregão, sob o nº .... /2024, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

ANEXO V

MODELO

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua ....., nº ...., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

( ) - **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

( ) - **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

ANEXO VI

MODELO

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA  
PREGÃO N ° \_\_\_\_/2025

Declaração de Idoneidade

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

ANEXO VII

MODELO

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA  
PREGÃO N° \_\_\_\_/2025

**DECLARAÇÃO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO VIII**

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA  
PREGÃO N° \_\_\_\_/2025

**DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .... /2024, que indica o seguinte endereço eletrônico: \_\_\_\_\_ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

, de de 2024

Assinatura do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

**VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO  
ART. 93 LEI 8.213/91.  
EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR  
O MODELO 2.**

**MODELO 1**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .... /2024, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**MODELO 2**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .... /2024, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

, de de 2024

Assinatura do representante legal da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de XXXXXXX/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

*“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.*

*Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:*

...

*IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”*

Gestão 2025 - 2028

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

DECLARANTE

EMPRESA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO XI**  
Minuta de Contrato

**CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO Nº ...., QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE xxxxxxxxxxxxxxxx E ..., NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDAS.**

O xxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxx, nº xxxxx, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o xxxxxxxxxxxx, carteira de identidade xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, Bairro xxxxxx na cidade de xxxxxxxxxxxx - RS, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO** e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente CONTRATO, de acordo com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º .../2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto e finalidade de contratação de empresa para prestação de serviços de XXXXXX, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão nº .../2025 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

I – Dos Itens:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total

II – Os serviços deverão ser realizados com equipamentos adequados e em excelente estado de conservação, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos.

III – Fica a cargo da empresa vencedora, se necessário, o transporte das máquinas, para execução dos serviços nos locais onde o Município indicar.

IV – Tudo deverá ser executado nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

Os preços estabelecidos no processo licitatório e neste Contrato são considerados completos e suficientes para o fornecimento, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO**

I - Caberá à CONTRATADA, fornecer todos os equipamentos, veículos e mão de obra para executar os procedimentos de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco o pagamento de despesas de combustível, manutenção, material de segurança, uniformes, peças, acessórios, motoristas e ajudantes, alimentação e alojamento, transporte, pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao fornecimento respondendo pelo mesmo atual e futuramente. Cabendo, também, refazer, corrigir ou reparar qualquer fornecimento impugnado pela fiscalização, sem que venha a incorrer em ônus para o CONTRATANTE.

II – Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados na ordem de fornecimento, no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo Município.

III – Caso a CONTRATADA não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS E PAGAMENTO**

I - O acompanhamento e fiscalização do fornecimento, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações que julgarem necessários.

III - Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo, deverão ser refeitos, imediatamente, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

IV - Quando da verificação, se os serviços não atenderem às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

**V - O pagamento** será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços e a verificação de sua conformidade, em conta bancária a ser fornecida pela CONTRATADA, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

VI - Fica a CONTRATADA obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal nº xxxxxxxxxxxx, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

VII - Fica a CONTRATADA, juntamente com a Secretaria responsável, cientes de que todas as notas fiscais, com exceção das emitidas por empresa optante pelo Simples Nacional, deverão ser entregues na contabilidade no mês em que forem emitidas.

VIII - A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

IX - Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato é de XXXXXXXXXXXX contados da data de assinatura do termo. Havendo prorrogação, poderá ser adotado o índice IPCA acumulado no período. A data base para o índice de reajuste fica ajustada entre as partes como a mesma data de vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para aquisição do objeto deste Contrato os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias seguintes:

XXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Caberá a CONTRATADA:

I - Fornecer toda a mão-de-obra, todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, e veículos necessários para o fornecimento de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco, as despesas com o equipamento, e, também com alimentação, alojamento de toda equipe de trabalho, transporte e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.

**II** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.

**III** - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o fornecimento não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.

**IV** - Obriga-se, durante a vigência do presente Contrato, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.

**V** - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

**VI** - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e neste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**VII** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.

**VIII** - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução do fornecimento, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos fornecimentos realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.

**IX** - A CONTRATADA deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.

**X** - A CONTRATADA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**XI** - A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**XII** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**XIII** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**XIV** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**XV** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

**I** - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

**II** - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento e a aprovação dos serviços.

**III** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**IV** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA.

**V** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente Contrato e/ou com a proposta apresentada.

**II** - Pelo atraso no fornecimento dos serviços, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

**III** - Fornecimento em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação do fornecimento. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de XXXXXXXXX pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- a - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do Contrato;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que: que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será notificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

a - Acidentes que impliquem retardamento na execução do fornecimento, sem culpa da CONTRATADA.

b - Falta ou culpa do Município.

c - Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

§ 1º - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos do Município e/ou por empresa contratada, que deverá(ão) dispor de amplo acesso às informações que julgar(em) necessários. E anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º - Fornecimentos incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e os Memoriais Descritivos deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo ao Município o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas neste Contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

I – A Contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do serviço quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço contratado em vigor.

II – O Município poderá, na vigência do Contrato, solicitar a redução dos preços contratados, garantido a prévia defesa do contratado, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI REGRADORA**

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital de Pregão nº .../2025 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Este Contrato vinculado ao processo licitatório modalidade Pregão Nº .../2025 e seus anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de XXXXXXXXXXXXXXXX - RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

XXXXXXXXXXXXX - RS, ..... de ..... de 2025.

XXXXXXXXXXXXX  
Prefeito Municipal  
ADMINISTRAÇÃO

XXXXXXXXXXXXX  
COMPROMITENTE  
PRESTADORA DOS SERVIÇOS

XXXXXXXXXXXXX  
FISCAL

XXXXXXXXXXXXX  
TESTEMUNHA 1

XXXXXXXXXXXXX  
TESTEMUNHA 2

Aprovado:  
OAB/RS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

**ANEXO XII**  
**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL**

**PREGÃO LEI 14.133/21 PRESENCIAL 006/2026**

Exara-se a presente manifestação, tendo em vista a necessidade de justificativa para a realização de licitação presencial em detrimento do procedimento eletrônico.

Necessário referir que a realização de licitação por procedimento eletrônico não é obrigatória, conforme a própria lei faculta. Deste modo, o Município de Vila Maria - RS permanece realizando licitação presencial, inclusive no presente processo, em razão de entender, especialmente, que há dificuldade de participação de pequenos fornecedores na modalidade eletrônica, entre outros motivos, restringindo o acesso de muitos concorrentes.

Mesmo que haja entendimento de que a licitação eletrônica possua alguns pontos vantajosos, em comparação a presencial, com a devida vênica, vale salientar que para pequenos municípios a situação é diversa daquela apresentada a nível federal, distrital e de municípios maiores, com fornecedores que ultrapassam os limites municipais em termos de entrega e prestação de serviços, possuindo, via de regra, estrutura física maiores e mais qualificados sistemas de informação.

Por exemplo, em um estudo de caso realizado por Nunes et al. (2007)<sup>1</sup>, que entrevistaram funcionários da FUNASA/PB, apontaram algumas preocupações em relação ao pregão eletrônico. A principal desvantagem indicada na pesquisa foi a restrição que alguns fornecedores possuem por ainda não se utilizarem da internet.

Campana (2018, p. 09)<sup>2</sup> corrobora com esse ponto alertando que *“apesar de estarmos em uma era tecnológica, diversas empresas ainda [...] não estão informatizadas e enfrentam dificuldades para participar desse tipo de licitação”*. A exigência de se possuir uma estrutura tecnológica adequada para as rotinas de licitação, seja para órgãos públicos, sejam para os licitantes, também foi alvo de críticas por Zago e Lock (2007)<sup>3</sup>, que acusam essa modalidade de assumir caráter discricionário.

Ramos et al. (2016)<sup>4</sup> corroboram com este ponto alegando que dependendo da região, o fato de terem ou não acesso à internet pode fazer o número de licitantes diminuir e gerar uma concorrência desleal entre grandes e pequenas empresas, ou entre empresas de regiões metropolitanas e do interior.

<sup>1</sup> NUNES, J.; LUCENA, R. L.; SILVA, O. G. Vantagens e desvantagens do pregão na gestão de compras no setor público: o caso da Funasa – PB. Revista do Serviço Público Brasília 58 (2): 227-243 Abr/Jun 2007.

<sup>2</sup> CAMPANA, M. B. A fraude na modalidade de licitação pregão eletrônico. **Revista Juris UniToledo**, Araçatuba, SP, v. 03, n. 02, p.170-185, abr./jun. 2018.

<sup>3</sup> ZAGO, S. M.; LOCK, F. N. Uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos da nova modalidade de licitação: pregão eletrônico. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 20 - edição especial - setembro 2007.

<sup>4</sup> RAMOS, J. et al. As vantagens e desvantagens do pregão eletrônico e presencial do ponto de vista da administração pública. RAC - Revista de Administração e Contabilidade. Ano 15, n. 29, p. 106-127, jan./jun. 2016.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

Neto e Moreira (2021, p.10)<sup>5</sup> alertam que uma das mudanças trazidas pelo Decreto 10.024/19 foi que em âmbito federal, conforme Art. 1º, fica [...] obrigatória a utilização do pregão na modalidade eletrônica pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais, assim sendo, a utilização do pregão presencial somente será admitida em casos excepcionais, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica. (NETO & MOREIRA, 2021, p.10).

Essa alteração agrava ainda mais a dificuldade que a falta de infraestrutura de alguns municípios e pequenas empresas possuem para participar dos processos licitatórios. Os autores alegam ainda que esta obrigatoriedade trazida pelo Decreto 10.024/19 pode ferir alguns dos princípios básicos da Licitação. Entre eles, os princípios da competitividade, da isonomia e da impessoalidade, que deveriam assegurar um tratamento não discriminatório aos licitantes, de modo a oferecer igualdade de condições a todos os concorrentes.

Uma segunda desvantagem da licitação eletrônica apontada é o risco de compra errada de bens e serviços, pois foi observado na pesquisa que entre os funcionários entrevistados, apesar deste ponto não ser o mais citado, foi considerado relevante, e o fator principal deste risco é o fato de não haver contato oral entre o pregoeiro e os licitantes. Os autores explicam que na modalidade eletrônica existe dificuldade no esclarecimento de quaisquer dúvidas enquanto em uma licitação presencial é possível exigir dos licitantes uma amostra do produto.

Mesmo que a exigência de amostras não seja regra, já que, por se tratar de bens e serviços comuns, não exige análise detalhada, a possibilidade de requerer amostra pode ser importante para conferir a qualidade e consequentemente na tomada de decisão, diminuindo o risco de compra errada. Mesmo se tratando de compra de bens e serviços comuns, pode haver produtos que exigem avaliação mais detida para a compra, sendo conveniente exigir amostras.

A terceira desvantagem apontada é consequência das duas primeiras: o menor contato com os licitantes combinado com situações onde a internet é lenta e instável, criam com frequência uma situação de não entrega dos produtos no prazo estabelecido no edital. Acrescenta-se ainda o fator da distância das empresas. Em um ambiente eletrônico, podem participar empresas geograficamente mais distantes do local da licitação. Apesar do prazo de entrega ser um critério a ser considerado durante o processo licitatório, essa distância acarreta, em alguns casos, o atraso do prazo de entrega.

Nas entrevistas conduzidas por Nunes et al. (2007), o mesmo problema também é apontado pelos funcionários. Em seu estudo de caso, apesar de não ser frequente, observa-se demora maior na entrega de produtos adquiridos por meio da modalidade pregão eletrônico. Os entrevistados corroboram que isso se deve ao fato de que nesses casos, fornecedores mais distantes podem participar do pregão, enquanto na modalidade presencial, é mais comum fornecedores de localidades mais próximas participarem.

<sup>5</sup> NETO, S. R. S.; MOREIRA, L. G. F. As desvantagens do pregão eletrônico. **Revista Recifequi**, V. 1, N. 11, 2021.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Ainda que a modalidade de licitação eletrônico permita que empresas do país todo participem do certame, há maior possibilidade de acarretar atrasos na entrega dos produtos ou serviços ocasionando o desabastecimento na Administração Pública. Ou seja, mesmo que as normativas aplicáveis tenham sido atualizadas, tais atualizações não melhoraram essa situação, pelo contrário, agravaram ainda mais. *“Com a obrigatoriedade os municípios pequenos se veem prejudicados uma vez que não possuem a condição de realizar o pregão eletrônico, muitas das vezes ocasionado pela falta de infraestrutura local”* (NETO & MOREIRA, 2021, p. 12).

Um quarto problema da modalidade eletrônica é a rara existência de treinamento e capacitação do servidor designado como Presidente da Comissão de Licitações e Pregoeiro, que pode abrir margem para falhas durante as etapas da licitação. Esse problema se assemelha ao primeiro, pois essa dificuldade parece ser observada pelos autores em cidades menores e do interior dos estados.

A quinta desvantagem é a abertura que a modalidade eletrônica ocasionou para a ocorrência de fraudes de licitação. Apesar do avanço que essa modalidade trouxe neste quesito, o fato de ser uma modalidade totalmente dependente de tecnologias da informação, trouxe consigo novos desafios. Retrata-se uma das práticas realizadas pelos licitantes, denominada de “mergulho de preços”.

Nesta prática os licitantes diminuem de forma expressa os seus lances com a intenção de serem vencedores do processo licitatório, porém ao notarem que o valor ofertado foi expressamente baixo, não sendo considerado um “bom negócio”, solicitam imediatamente sua desclassificação ao presidente da comissão de licitações ou pregoeiro com a justificativa de que não podem cumprir o valor ofertado. [...] a Administração convoca então o segundo colocado – que participara do esquema.

Esse segundo classificado fica em situação vantajosa de negociação. Outra grande polêmica relacionada ao pregão e concorrência na modalidade eletrônica é o fato de os licitantes utilizarem softwares que possuem inteligência artificial, denominados “robôs”, que detectam um lance e rapidamente cobrem o lance ofertando, normalmente com centavos de diferença. Essa prática “potencializa a chance do licitante que o utiliza em relação aos outros licitantes”.

O grande problema com essa utilização é que não há nenhum enunciado normativo que garanta essa utilização. O TCU também já se manifestou sobre o caso e emitiu o Acórdão nº 1.647/2010 e Acórdão nº 2601/2011 reconhecendo que o uso de software denominado “robô” compromete a competitividade e isonomia de licitações na modalidade eletrônica.

O TCU também sugeriu que os responsáveis por essas licitações, criem provedores capazes de combater softwares, além de deixar de forma expressa nos editais a proibição de utilização de qualquer meio que privilegie determinado licitante na emissão de lances. Cita-se um caso de grande repercussão em março de 2017<sup>6</sup>. Neste caso, dois empresários, suspeitos de comandar um esquema de pregão

<sup>6</sup> PORTAL DE LICITAÇÃO. Servidores exonerados por suspeita de fraude em licitação. Disponível em: <https://portaldelicitacao.com.br/2019/noticias/dois-servidores-sao-exonerados-por-suspeita-de-fraude-em-licitacao-em-sp/>. Acesso em 07 de junho de 2023.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA**

eletrônico entre 2011 e 2014, foram presos depois de terem vencido, durante esse período, mais de 380 pregões através da prática da falsa concorrência.

Apesar de todos os benefícios que a modalidade eletrônica trouxe na aquisição de bens e serviços pelos entes federativos, diversas críticas foram feitas a esta modalidade.

Marçal Justen Filho (2021)<sup>7</sup> em consonância com os demais autores refere que a comparação entre as duas alternativas envolve uma complexidade de aspectos. Existem questões técnicas, econômicas e políticas que podem afetar não apenas a Administração, mas também (e especialmente) os particulares, como a ausência de universalização dos serviços de internet de banda larga, a questão das grandes empresas, que possuem vantagens competitivas incomparáveis, em detrimento de pequenas e médias empresas que operam com escalas econômicas mais reduzidas e, por fim, as questões políticas da legitimidade e da participação da sociedade.

A partir do exposto, conclui-se que a licitação na modalidade eletrônica apesar de representar um avanço considerável no que se refere à otimização de compras de produtos e contratação de prestação de serviços pelos entes federativos, também apresenta desvantagens, como a restrição de licitantes que não possuem acesso à internet (ferindo princípios da competitividade, da isonomia e da impessoalidade), dificuldade de esclarecimentos durante o processo, maior risco de compra errada e entrega atrasada, além de relatos de fraude através de softwares de inteligência artificial.

Entretanto, o principal aspecto que deve permear esta análise está na expressa previsão legal de que não é obrigatória a realização de licitação na modalidade eletrônica, indicando que este tipo de procedimento seja “preferencialmente” adotado, o que remete a interpretação de que caso haja O MÍNIMO de comprovação de que o procedimento eletrônico seja prejudicial ao interesse público, pode, o gestor, determinar a realização de licitação na modalidade presencial, inclusive para a totalidade das licitações realizadas no seu Órgão.

Assim, entende-se que, no presente processo, as desvantagens da licitação na modalidade eletrônica superam os seus benefícios, justificando a escolha da licitação presencial.

Vila Maria – RS, 20 de março de 2026.

**VENICIOS RISSON**  
Diretor de Gestão

<sup>7</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. Lei 14.133/2021 / Marçal Justen Filho. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.